



**MINISTÉRIO DA JUSTIÇA**  
**DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL - DPF**  
**SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO DISTRITO FEDERAL**



**PRESTAÇÃO DE CONTAS ORDINÁRIA ANUAL**

**MARÇO/2010**



**MINISTÉRIO DA JUSTIÇA**  
**DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL - DPF**  
**SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO DISTRITO FEDERAL**

# **PRESTAÇÃO DE CONTAS ORDINÁRIA ANUAL**

## **RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2009**

Relatório de Gestão apresentado ao Tribunal de Contas da União como prestação de contas anual a que esta Unidade está obrigada nos termos do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da Instrução Normativa TCU nº 57/2008, da Decisão Normativa TCU nº 100/2009 e da Portaria TCU nº 389/2009.

/

Brasília, 29/03/2010

### **LISTA DE ABREVIACÕES E SIGLAS**

**DPF – Departamento de Polícia Federal**

**IN – Instrução Normativa**

**IPL – Inquérito Policial**

**LOA – Lei Orçamentária Anual**

**PAC – Programa de Aceleração do Crescimento**

**PIB – Produto Interno Bruto**

**Port. – Portaria**

**PPA – Plano Plurianual**

**SR – Superintendência Regional**

**RG – Relatório de Gestão**

**SIASG – Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais**

**SIAFI – Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal**

**SIAPE – Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos**

**SIGPLAN – Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento**

**TCU – Tribunal de Contas da União**

**UG – Unidade Gestora**

**UO – Unidade Orçamentária**

**LISTA DE TABELAS, RELAÇÕES, GRÁFICOS, DECLARAÇÕES, ETC.**

<b><u>Título</u></b>	<b><u>Página</u></b>
Quadro 1 – Identificação da Unidade Jurisdicionada.....	9
Quadro 2 - Identificação das Unidades Orçamentárias responsáveis pela programação da Unidade.....	12
Quadro 3 - Dados do Programa 0662 - Prevenção e Repressão à Criminalidade e suas Ações.....	13
Quadro 4 - Dados Gerais da Ação 2679.....	14
Gráfico 1 - Ação 2679 - Total Empenhado.....	14
Quadro 5 - Dados Gerais da Ação 2720.....	15
Gráfico 2 - Ação 2720 - Total Empenhado.....	15
Quadro 6 - Dados Gerais da Ação 2726.....	17
Gráfico 3 - Ação 2726 - Total Empenhado.....	18
Gráfico 4 - Produção de Polícia Judiciária.....	18
Quadro 7 - Dados Gerais da Ação 4572.....	19
Gráfico 5 - Ação 4572 - Total Empenhado.....	20
Gráfico 6 - Ação 4572 - Nº de Servidores Capacitados.....	20
Quadro 8 - Dados do Programa 1353 - Modernização da Polícia Federal e suas Ações.....	20
Quadro 9 - Dados Gerais da Ação 8979.....	21
Gráfico 7 - Ação 8979 - Total Empenhado.....	22
Quadro 10 - Dados do Programa 1453 - Nacional de Segurança Pública com Cidadania – PRONASCI.....	222
Quadro 11 - Dados Gerais da Ação 8375.....	23
Gráfico 8 - Ação 8375 - Total Empenhado.....	24
Quadro 12 - Dados do Programa 0750 – Apoio Administrativo.....	24
Quadro 13 - Dados Gerais da Ação 2000.....	25
Gráfico 9 - Ação 2000 - Despesa Empenhada X Despesa Liquidada.....	26
Quadro 14 - Despesas por Modalidade de Contratação – UG 200338 - Tesouro.....	26
Gráficos 9 e 10 - Despesa por Modalidade de Contratação - UG 200338 - Tesouro.....	27
Quadro 15 - Despesas por Modalidade de Contratação – UG 200339 - Funapol.....	26
Gráficos 11 e 12 - Despesas por Modalidade de Contratação – UG 200339 - Funapol.....	26
Quadro 16 - Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa – UG 200338 - Tesouro.....	28
Quadro 17 - Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa – UG 200339 - Funapol.....	28
Gráficos 13 e 14 - Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa – UG's Tesouro e Funapol.....	28
Quadro 18 - Evolução de Gastos Gerais – UG 200338 - Tesouro.....	29
Quadro 19 - Evolução de Gastos Gerais – UG 200339 - Funapol.....	29
Quadro 20 - Despesas Capital por Grupo e Elemento de Despesa – UG 200338 - Tesouro.....	31
Quadro 21 - Despesas Capital por Grupo e Elemento de Despesa – UG 200339 - Funapol.....	31
Gráficos 15 e 16 - Despesas Capital por Grupo e Elemento de Despesa – UG's Tesouro e Funapol.....	32

Quadro 22 - Demonstrativo da Execução Orçamentária por Programa de Governo .....	33
Quadro 23 – Execução física e financeira das ações realizadas pela Unidade – UG 200338 - Tesouro .....	35
Quadro 24 – Execução física e financeira das ações realizadas pela Unidade – UG 200339 - Funapol .....	35
Quadro 25 - Composição do Quadro de Recursos Humanos – Situação em 31/12/2009.....	37
Quadro 26 - Composição e custos de Recursos Humanos nos exercícios de 2007, 2008 e 2009 .....	38
Quadro 27 - Pagamento de Restos a Pagar - Exercício de 2009 – UG 200338 - Tesouro .....	40
Quadro 28 - Pagamento de Restos a Pagar - Exercício de 2009 – UG 200339 - Funapol.....	40
Quadro 29 – Relação das Recomendações da CGU e suas Providências .....	42
Quadro 30 - Relatório de cumprimento das deliberações do TCU .....	43
Quadro 31 - Declaração do Responsável pela Área de Contratos .....	49

## Sumário

Introdução.....	8
1 – Informações Gerais de Identificação.....	9
2 – Objetivos e Metas .....	10
2.1 – Responsabilidades Institucionais.....	10
2.1.2 – Objetivos Estratégicos.....	11
2.2 – Estratégia de Atuação .....	11
2.3 - Gestão orçamentária e financeira .....	13
2.3.1 – Programas/Ações .....	13
2.3.1.1 – Programa 0662 - Prevenção e Repressão à Criminalidade .....	13
2.3.1.1.1 – Ação 2679 - Fiscalização e Controle de Empresas de Produção, Transporte e Comércio de Precusores Químicos.....	
2.3.1.1.2 – Ação 2720 - Ações de Caráter Sigiloso na Área de Segurança Pública.....	15
2.3.1.1.3 – Ação 2726 - Prevenção e Repressão a Crimes Praticados contra Bens, Serviços e Interesses da União .....	14
2.3.1.1.4 – Ação 4572 - Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação .....	19
2.3.1.2 – Programa 1353 - Modernização da Polícia Federal .....	20
2.3.1.2.1 – Ação 8979 - Reforma e Modernização das Unidades do Departamento de Polícia Federal .....	21
2.3.1.3 – Programa 1453 - Nacional de Segurança Pública com Cidadania – PRONASCI .....	22
2.3.1.3.1 – Ação 8375 - Campanha de Desarmamento.....	23
2.3.1.4 – Programa 0750 - Apoio Administrativo .....	24
2.3.1.4.1 – Ação 2000 - Administração da Unidade.....	25
2.4 – Desempenho Operacional .....	26
2.4.1 – Evolução das despesas.....	26
2.4.1.1 - Despesas por Modalidade de Contratação .....	26
2.4.1.3 - Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa .....	26
2.4.1.4 - Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa .....	31
2.4.1.5 - Demonstrativo da Execução Orçamentária por Programa de Governo .....	33
2.4.1.6 - Execução Física e Financeira das ações realizadas pela Unidade.....	35
2.4.2 – Indicadores de desempenho .....	36
2.4.3 – Análise do desempenho .....	37
3 - Recursos Humanos .....	37
4 - Reconhecimento de Passivos por Insuficiência de Créditos ou Recursos .....	40
5 – Informações sobre Restos a Pagar - 2009 .....	40
6 - Transferências de Recursos Mediante Convênio, Acordo, Ajuste, Termo de Parceria ou Outros Instrumentos Congêneres .....	41
7 – Previdência Complementar Patrocinada.....	41

8 – Fluxo Financeiro de Projetos ou Programas Financiados com Recursos Externos .....	41
9 – Renúncia Tributária.....	41
10 – Operações de Fundo .....	41
11 – Determinações dos Órgãos de Controle.....	42
11.1 – Recomendações da CGU.....	42
11.2 - Determinações e Recomendações do TCU.....	43
12 – Atos de Admissão, Desligamento, Concessão de Aposentadoria e Pensão Praticados em 2009 .....	47
13 – Declaração da área responsável pelos Contratos e Convênios .....	48
14 – Outras Considerações .....	48
15 – Declaração do Contador Responsável pela Unidade Jurisdicionada .....	49

## Introdução

O presente relatório tem por objetivo apresentar a análise do desempenho institucional e da gestão orçamentária e financeira da Superintendência Regional da Polícia Federal no Distrito Federal no ano de 2009, de acordo com as disposições da Instrução Normativa TCU nº 57/2008, da Decisão Normativa TCU nº 100/2009 e da Portaria TCU nº 389/2009.

O conteúdo geral deste Relatório está estruturado de forma sequencial segundo os itens relacionados no Anexo II, DN TCU nº 100/2009, ou seja: informações gerais de identificação, gestão orçamentária, recursos humanos, informações sobre restos a pagar, determinações e recomendações dos órgãos de controle interno e externo e declaração referente ao registro de contratos no sistema SIASG.

Os itens referentes a reconhecimento de passivos, transferências de recursos, previdência complementar, fluxo financeiro de projetos, renúncia tributária, operações de fundos, registro de atos de admissão, desligamentos e aposentadorias não se aplicam à natureza jurídica da Superintendência Regional, não tiveram ocorrências no período ou são executados pelo órgão central, Unidade Orçamentária da UG.

A Superintendência Regional de Polícia Federal no Distrito Federal está estruturada em dez (10) Delegacias Especializadas (Delegacia de Controle de Segurança Privada, Delegacia de Defesa Institucional, Delegacia de Polícia de Imigração, Delegacia de Repressão a Crimes Fazendários, Delegacia de Repressão a Crimes Financeiros, Delegacia de Repressão a Crimes Previdenciários, **subordinadas a Delegacia Regional Executiva** e Delegacia de Repressão a Crimes Contra o Meio Ambiente e Patrimônio Histórico, Delegacia de Repressão a Crimes Contra o Patrimônio, Delegacia de Repressão a Entorpecentes, Delegacia de Repressão ao Tráfico Ilícito de Armas, **subordinadas a Delegacia Regional de Combate ao Crime Organizado**), além da Corregedoria Regional, dois (2) Núcleos, quatro (4) Setores (Núcleo de Tecnologia da Informação, Núcleo de Inteligência Policial, Setor de Comunicação Social, Setor de Recursos Humanos, Setor Técnico-Científico e Setor de Administração e Logística Policial).

Considerando que o Distrito Federal, em linhas gerais, dentre outras circunstâncias: - abriga todos os Ministérios e os principais órgãos da administração pública federal; - ocupa a região central do país, fazendo divisa com os Estados de Minas Gerais e Goiás, de onde é possível se alcançar todas as regiões por meio rodoviário; - está localizado o Aeroporto Internacional Juscelino Kubitschek, o terceiro maior aeroporto do Brasil em volume de passageiros; e, possui uma população de aproximadamente 2.500.000 (dois milhões e quinhentos mil) habitantes. Assim é que esta Superintendência Regional terminou concentrando seus esforços no combate aos crimes de maior incidência no âmbito de sua circunscrição, quais sejam: o tráfico de drogas, o contrabando e o descaminho, crime financeiro, sonegação fiscal, fraudes contra a previdência social, corrupção e desvio de recursos federais.

Como resultado dos trabalhos da Polícia Federal, o Inquérito Policial é o seu produto final. Este vale tanto para as ações pró-ativas (operações policiais), quanto para as ações reativas (inquéritos instaurados por portaria).

No ano de 2009, esta Superintendência realizou trinta e uma (31) operações policiais, resultando no cumprimento de 156 (cento e cinquenta e seis) mandados de busca e apreensão e 314 (trezentos e quatorze) prisões cautelares (flagrante, temporária e preventiva).

Com relação ao aspecto operacional reativo, foram instaurados 2.074 (dois mil e setenta e quatro) Inquéritos Policiais, concluídos 1.436 (um mil, quatrocentos e trinta e seis), e permaneceram em andamento 3.645 (três mil, seiscentos e quarenta e cinco) inquéritos.

Considerando que em 2010 será um ano eleitoral, a estratégia de atuação desta Superintendência, tem-se como meta priorizar a área de defesa institucional, combate aos crimes eleitorais e aos desvios de dinheiro público. Também continuarão sendo priorizadas as operações de combate ao tráfico de entorpecentes e crimes financeiros.



# 1 – Informações Gerais de Identificação

## Quadro 01 – Identificação da Unidade Jurisdicionada

Poder e Órgão de Vinculação			
Poder: Executivo			
Órgão de Vinculação: Ministério da Justiça		Código SIORG: 316	
Identificação da Unidade Jurisdicionada Agregadora			
Denominação completa: Superintendência Regional de Polícia Federal no Distrito Federal			
Denominação abreviada: Polícia Federal no Distrito Federal – SR/DPF/DF			
Código SIORG: 001137	Código LOA: Não se aplica		Código SIAFI: 200338
Situação: Ativa			
Natureza Jurídica: Órgão Público			
Principal Atividade: Segurança e Ordem Pública			Código CNAE: 8424-8/00
Telefones/Fax de contato:	(61) 3799.9506	(61) 3799.9653	(61) 3245-5109
Endereço eletrônico: <a href="mailto:gab.srdf@dpf.gov.br">gab.srdf@dpf.gov.br</a>			
Página da Internet: <a href="http://www.dpf.gov.br">http://www.dpf.gov.br</a>			
Endereço Postal: SAIS Quadra 07, Lote 23 – Setor Policial Sul – Brasília/DF – CEP. 70.610-220			
Identificação de Unidade Jurisdicionada Agregada			
Número de Ordem: 01			
Denominação completa: Fundo de Aparelhamento e Operacionalização das Atividades-Fim da Polícia Federal – DF			
Denominação abreviada: FUNAPOL – DF			
Código SIORG: Não se aplica	Código LOA: Não se aplica		Código SIAFI: 200339
Situação: Ativa			
Natureza Jurídica: Órgão Público			
Principal Atividade: Segurança e Ordem Pública			Código CNAE: 8424-8/00
Telefones/Fax de contato:	(61) 3799.9506	(61) 3799.9653	(61) 3245-5109
Endereço eletrônico: <a href="mailto:gab.srdf@dpf.gov.br">gab.srdf@dpf.gov.br</a>			
Página da Internet: <a href="http://www.dpf.gov.br">http://www.dpf.gov.br</a>			
Endereço Postal: SAIS Quadra 07, Lote 23 – Setor Policial Sul – Brasília/DF – CEP. 70.610-220			
Normas relacionadas às Unidades Jurisdicionadas			
Normas de criação e alteração das Unidades Jurisdicionadas			
<p>- Art. 144 da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.  Criação: Portaria nº 1.389 do Diretor-Geral do Departamento de Polícia Federal de 23 de outubro de 1970 – Criada como Subdelegacia Regional no Distrito Federal, iniciando seu funcionamento em 16 de novembro de 1970, e implantada como Superintendência Regional/DF, em 19 de junho de 1972.  - FUNAPOL: - Lei Complementar 89, de 18.02.1997.</p>			
Outras normas infralegais relacionadas à gestão e estrutura das Unidades Jurisdicionadas			
<p>- Decreto nº 6.061, de 15.03.2007.  - Portaria nº 3.961/MJ, de 24.11.2009, que aprova o Regimento Interno.  - Instrução Normativa nº 13/DG-DPF, de 15.06.2005.</p>			

## 2 – Objetivos e Metas

### 2.1 – Responsabilidades Institucionais

O Departamento de Polícia Federal é um órgão do Ministério da Justiça, que tem suas raízes na Intendência Geral da Polícia da Corte do Estado do Brasil de Dom João VI de 1808, a qual foi posteriormente transformada em Departamento Federal de Segurança Pública, Decreto- Lei 6378/44, tomando a sua atual constituição por meio do Decreto-Lei nº 200/1967, e faz parte, portanto, da administração direta do Governo Federal. A Polícia Federal é representada nos Estados por suas Superintendências, que executam suas próprias receitas, como unidades gestoras, caso da Superintendência Regional no Distrito Federal

As atribuições da Polícia Federal estão previstas na Constituição Federal, sendo um dos agentes responsáveis pela segurança pública nacional devendo atuar na preservação da ordem pública, da incolumidade das pessoas e do patrimônio público. Mais especificamente a Polícia Federal deve *“apurar infrações penais contra a ordem política e social ou em detrimento de bens, serviços e interesses da União ou de suas entidades autárquicas e empresas públicas, assim como outras infrações cuja prática tenha repercussão interestadual ou internacional e exija repressão uniforme, segundo se dispuser em lei; prevenir e reprimir o tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins, o contrabando e o descaminho, sem prejuízo da ação fazendária e de outros órgãos públicos nas respectivas áreas de competência; exercer as funções de polícia marítima, aeroportuária e de fronteiras; e exercer, com exclusividade, as funções de polícia judiciária da União.”* (art. 144, Parágrafo §1º, inciso I, Constituição Federal).

Dessa forma, a Polícia Federal apura os crimes contra o meio ambiente, contra a ordem tributária, contra o Sistema Financeiro de Habitação, contra a Previdência Social, contra os serviços postais, contra a organização do trabalho, contra os índios, contra os direitos humanos, os crimes eleitorais, de genocídio, de tráfico ilícito de drogas, dentre outros.

Cabe, ainda, à Polícia Federal às seguintes atribuições: Controle Migratório (Lei nº 6.815/1980 - Estatuto do Estrangeiro), Controle de Armas (Lei nº 10.826/2003 - SINARM); Controle de Empresas de Segurança Privada (Lei nº 7.102/1983 e Lei nº 9.017/1995); Controle de Precursores Químicos - que possam ser utilizados no preparo de substâncias entorpecentes (Lei nº 10.357/2001); Segurança de Dignitários - oficiais e autoridades estrangeiras (Lei nº 4.483/1964); Identificação Criminal e Civil (Lei nº 4.483/1964); Segurança ao Patrimônio da União coibindo turbação ou esbulho possessório (Lei nº 10.683/2003), Serviço de Estatística Criminal (Código de Processo Penal), Controle de Conflitos Fundiários (Decreto nº 5.834/2004), Representação Externa – INTERPOL (Lei nº 4.483/1964), e de Proteção a Testemunhas (Lei 9.807/1999).

Assim, a Superintendência no Distrito Federal exerce todas essas atividades, direta ou indiretamente, no âmbito de sua circunscrição, com as atribuições de: planejar, dirigir, supervisionar, coordenar, orientar, fiscalizar e avaliar a execução das atividades, ações e operações correlatas à atuação da Polícia Federal; administrar as unidades sob sua subordinação, em consonância com as normas legais vigentes e com as diretrizes emanadas das unidades centrais; propor diretrizes específicas de prevenção e repressão aos crimes de atribuição do Departamento, subsidiando o planejamento operacional das unidades centrais; executar operações policiais integradas com as unidades centrais, relacionadas à repressão uniforme dos crimes de atribuição do Departamento; apoiar as unidades centrais nas inspeções às suas unidades, dispondo dos meios e das informações necessárias; promover estudos e dispor de dados acerca das ações empreendidas, e consolidar relatórios de avaliação de suas atividades, com vistas a subsidiar o processo de gestão das unidades centrais; e adotar ações de controle e zelar pelo uso e manutenção adequada dos bens imóveis, equipamentos, viaturas, armamento e outros materiais sob guarda da Superintendência.

## 2.1.1 – Objetivos Estratégicos

No ano de 2009 foram eleitos de forma ampla pela Direção-Geral os seguintes objetivos estratégicos da instituição:

- Melhoria da Gestão;
- Combate à Corrupção;
- Combate ao Narcotráfico;
- Combate aos crimes contra o Meio-Ambiente;
- Inserção Internacional.

Ademais, vale dizer, que toda a atuação da instituição se foca no atendimento da MISSÃO da instituição que é “Manter a lei e a ordem para a preservação da segurança pública, no estado democrático de direito, cumprindo as atribuições constitucionais e infraconstitucionais, mediante estratégias, no exercício das funções de polícia administrativa e judiciária.”

Isso para atingir a sua VISÃO DE FUTURO que é “Tornar a Polícia Federal uma referência mundial em segurança pública para, no cumprimento de suas atribuições, garantir a manutenção da lei e da ordem interna e externa, em cooperação com os estados soberanos, como valores fundamentais da dignidade humana.”

## 2.2 – Estratégia de Atuação

A crise econômica que se abateu pelo mundo inteiro ao final do ano de 2008, cujas conseqüências e desdobramentos mais contundentes, somente se fizeram sentir durante ano de 2009, trouxe conseqüências de ordem econômica e financeira à execução de Orçamento Geral da União, que inevitavelmente atingiram nossa unidade. A gestão orçamentária e financeira foi especialmente difícil, pois o contingenciamento determinado pelo Ministério do Planejamento, desde o início do exercício, quando os limites de empenho e desembolso financeiro foram severamente reduzidos, pois em regra impuseram diminuição de até 50% daqueles aprovados ao órgão pela Lei Orçamentária Anual.

Ainda assim, esta Unidade Jurisdicionada, em consonância com os objetivos estabelecidos pela Direção do DPF, adotou como estratégia primária no desenvolvimento de sua ação administrativa, o encaminhamento rápido e diligente de soluções às demandas existentes, tanto na atividade administrativa quanto na atividade finalística, buscando emprestar maior eficiência e eficácia aos serviços aqui executados, com a otimização da aplicação dos recursos públicos à nossa disposição.

Foram estabelecidos objetivos – metas – que nortearam ação dos agentes participantes do processo de gestão da SR/DPF/DF, em busca da eficácia no seu desempenho, desde o suporte administrativo até a execução de nossas competências constitucionais.

Na gestão administrativa, uma das ações executadas, em conjunto com as unidades do DPF localizadas no Setor Policial Sul, para o atendimento ao objetivo estratégico do DPF na melhoria da gestão e implementação do projeto de qualidade do gasto, foi a racionalização de contratações de serviços, que por sua natureza atendem a todas as unidades indistintamente. Assim esta UJ efetuou a contratação dos serviços de vigilância, recepção e manutenção predial, de maneira única e centralizada, o que proporcionou economia orçamentária às outras unidades (COAD, DITEC e CTI) e alcance de melhores preços para os contratos efetivados.

Tomando-se como exemplo a contratação de vigilância e recepção, onde buscamos a adequação dos serviços às nossas necessidades, aplicando redução do número de postos de vigilância, além de substituição por postos de recepção – mais econômicos para a administração, pode-se verificar que os atuais contratos, que atendem quatro unidades administrativas do DPF, somaram em 2009 um valor de R\$ 1.089.493,09 para 13 postos de vigilância e 09 de recepção, ao passo que somente o contrato de vigilância desta UJ, em 2008 tinha um valor de R\$ 1.014.336,80, para vinte e seis postos.

Outra decisão administrativa adotada foi a opção pela alteração do contrato de reprografia vigente até 2008, aumentando-se o número de equipamentos multifuncionais a disposição dos servidores, quando saltamos de 05 equipamentos de médio porte instalados em 2008 para 50 equipamentos monocromáticos, 08 coloridos e 01 de médio porte, em 2009. Tal decisão possibilitou em importante redução do número de equipamentos próprios em utilização, mantivemos somente aqueles adquiridos em 2008 de maneira centralizada pelo DPF, o que nos proporcionou economia efetiva na aquisição de insumos (toner e cartuchos) e na manutenção desses equipamentos. Como parâmetro ressalte-se que em 2009 não houve qualquer gasto para aquisição de insumos de informática nesta unidade ou contratação de manutenção de equipamentos. O valor do contrato de reprografia em relação ao exercício anterior teve um aumento de apenas 8,5%, o que demonstra que atingimos maior eficiência e eficácia no gasto, pois o número de equipamentos em operação aumentou em mais 1.000%, com uma redução de 70% no valor cobrado por cópia/impressão monocromática.

Sabendo-se que a qualidade da gestão administrativa – atividade meio - interfere diretamente na obtenção de resultados na execução das atividades e competências na área finalística, razão primordial do trabalho da Polícia Federal, esta unidade deu prosseguimento à adequação de suas instalações físicas, com a contratação da segunda etapa da reforma no prédio de nossa sede, visando proporcionar aos servidores e público externo, melhores condições de trabalho e atendimento, licitada e contratada em 2009 e com conclusão prevista para o final do ano de 2010. Ainda foram recebidos 25 veículos novos, todos colocados à disposição de setores desta UJ, voltados para a atuação finalística da Polícia Federal.

Nesse mesmo diapasão, para alcançar melhores resultados na atuação da Polícia Federal no Distrito Federal, com os objetivos definidos de priorização da atividade de polícia judiciária da União e atuação na prevenção e repressão de crimes, especialmente o tráfico de entorpecentes, o contrabando e descaminho, os crimes contra o meio-ambiente e aqueles praticados contra bens, serviços e interesses da União e os de corrupção, foram adotadas medidas para incrementar nossa capacidade operativa, onde se destaca o planejamento e criação de ambientação adequada e própria para a atividade de inteligência policial, suporte imprescindível à atuação policial nos dias de hoje.

Por isso, esta administração por intermédio de instrumento de cooperação técnica pactuado com a Secretaria de Estado de Segurança Pública do Distrito Federal, pode desativar e transferir o Núcleo de Custódia/SR/DPF/DF, para o Complexo Prisional da Papuda, lugar adequado a receber detentos. Tal fato possibilitou então, a criação do centro de inteligência acima referido, que está instalado o espaço físico da antiga custódia, cuja reforma foi contratada juntamente com a adequação da sede.

Outra parceria implementada, visando melhorar o atendimento ao cidadão, ocorreu com o instrumento de cooperação avençado com a Secretaria de Estado de Justiça e Cidadania do Distrito Federal, que possibilitou que a solicitação de emissão de passaportes seja efetuada nas unidades do Serviço de Atendimento Imediato ao Cidadão – Na Hora, localizadas na Rodoviária do Plano Piloto e Taguatinga, posicionando a Polícia Federal em Brasília mais próxima das pessoas que necessitam do documento de viagem. Esta mudança emprestou eficiência ao atendimento e possibilitou a emissão de 57.478 passaportes, um aumento de 50% em relação ao ano de 2008.

## 2.3 - Gestão Orçamentária e Financeira

Quadro 2- Identificação das Unidades Orçamentárias responsáveis pela programação da Unidade

Denominação das Unidades Orçamentárias	Código da UO	Código SIAFI da UGO
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL	30108	200338
FUNDO PARA APARELHAMENTO E OPERACIONALIZAÇÃO DAS ATIVIDADES - FIM DA POLÍCIA FEDERAL - FUNAPOL	30909	200339

### 2.3.1 – Programas/Ações

O Departamento de Polícia Federal tem sob sua responsabilidade, direta em suas atividades finalísticas, no PPA 2008-2011, dois programas de governo: Prevenção e Repressão à Criminalidade e Modernização da Polícia Federal. Esses programas abrangem atividades de fiscalização e controle de empresas de produção, transporte e comércio de precursores químicos, ações de caráter sigiloso na área de Segurança Pública, prevenção e repressão a crimes praticados contra bens, serviços e interesses da União, capacitação de seus servidores.

A Superintendência Regional no Distrito Federal também executou recursos do programa de Modernização da Polícia Federal, na ação referente à reforma e modernização das instalações de sua sede, primeira etapa da obra executada até o fim do primeiro semestre de 2009, e segunda etapa iniciada em novembro de 2009 e com previsão de conclusão para o final de 2010.

O programa de Apoio Administrativo, que representa a maior parte dos recursos administrados pela SR, abrange a administração da unidade e as ações de informática para manutenção das atividades de apoio, considerando a terceirização de serviços de limpeza, vigilância, manutenção predial, recepcionistas, aquisição de bens permanentes e de material de consumo.

Esta Superintendência, também, executou recursos do programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania – PRONASCI, do Ministério da Justiça, na ação da Campanha do Desarmamento.

#### 2.3.1.1 – Programa 0662 - Prevenção e Repressão à Criminalidade

No âmbito das ações finalísticas voltadas à redução da criminalidade, mediante a repressão ao tráfico de drogas, de armas e à lavagem de dinheiro, das ações de combate à corrupção e ao crime organizado, entre outras, por parte da Polícia Federal, tem-se o Programa 0662 - Prevenção e Repressão à Criminalidade.

**Quadro 3- Dados do Programa 0662 - Prevenção e Repressão à Criminalidade e suas Ações**

Tipo de programa		Finalístico
Objetivo Geral		Modernizar, fortalecer e integrar as instituições de Segurança Pública e Justiça
Objetivos Específicos		Reduzir a criminalidade, intensificando o combate às organizações criminosas e aos crimes sob a competência da União
Gerente de Programa		Não informado
Responsável pelo Programa no âmbito da UJ		Disney Rosseti
Indicador (es) para avaliação do programa		Prazo de Conclusão de Inquéritos Policiais na Polícia Federal Taxa de Conclusão de Inquéritos Policiais na Polícia Federal
Público-alvo (beneficiários)		Sociedade
Código	Tipo <sup>1</sup>	Descrição da Ação
2679	A	Fiscalização e Controle de Empresas de Produção, Transporte e Comércio de Precursores Químicos
2720	A	Ações de Caráter Sigiloso na Área de Segurança Pública
2726	A	Prevenção e Repressão a Crimes Praticados contra Bens, Serviços e Interesses da União
4572	A	Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação

Fonte: SIGPLAN

### 2.3.1.1.2 – Ação 2679 - Fiscalização e Controle de Empresas de Produção, Transporte e Comércio de Precursores Químicos

**Quadro 4 - Dados Gerais da Ação 2679**

Tipo de Ação	Atividade
Finalidade	Promover ações de fiscalização e controle do uso de produtos químicos, utilizáveis na produção de substâncias entorpecentes e/ou psicotrópica, não permitindo que sejam utilizados na produção de drogas.
Descrição	Realização de operações rotineiras e/ou emergenciais no sentido de prevenir, combater e debelar o desvio de finalidade na utilização de produtos químicos submetidos a controle, utilizáveis na produção de substâncias entorpecentes e/ou psicotrópicas, como cocaína, heroína, LSD, entre outros. Realizar Controle Administrativo por meio do cadastramento e licenciamento das pessoas jurídicas e físicas com a emissão dos documentos de controle, além da recepção e processamento das informações relacionadas às atividades submetidas a controle no comércio interno e externo, bem como instauração de processos administrativos de infração visando a apuração de infrações previstas na Lei n° 10.357/01 e aplicação de sanções.
Unidade Responsável pelas decisões	Divisão de Controle de Produtos Químicos
Coordenador nacional da ação	José Alberto Maciel Costa
Unidades executoras	200339
Produto (unidade de medida)	Documento Emitido (UNIDADE)

Fonte: SIGPLAN

<sup>1</sup> Tipo de Ação: P – Projeto; A – Atividade; OP – Operação Especial

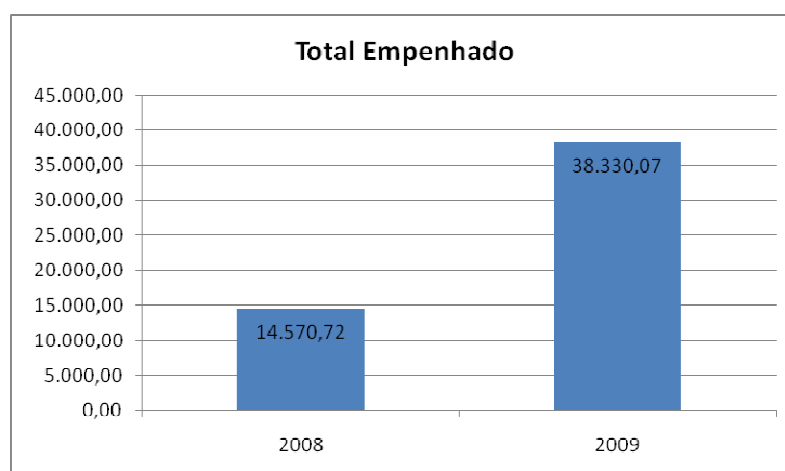
## Demonstrativo de execução orçamentária na Ação

Despesa empenhada	Despesa liquidada	Valores Pagos	Créditos Inscritos em RP não Processado
38.330,07	38.330,07	38.330,07	0,00

**Considerações:**

No Distrito Federal está situada a Divisão de Controle de Produtos Químicos – DCPQ, ligada à Coordenação-Geral de Polícia de Repressão a Entorpecentes – CGPRE, órgão central do DPF, que realiza as atividades de fiscalização e controle definidas nesta Ação. O dispêndio acima descrito deveu-se unicamente a gastos com o pagamento de diárias a servidores policiais desta SR/DF que se deslocaram para fora da sede, no interesse de operações policiais voltadas à fiscalização e repressão a entorpecentes, atividade que se utiliza fartamente de componentes químicos para manufatura de drogas, especialmente, cocaína, como por exemplo, Operação Cobra, de caráter permanente em andamento da região amazônica, fronteira com países produtores de drogas e que se utilizam, muitas vezes, de matéria prima (químicos) provenientes do Brasil, para a produção de drogas, o que determinou um aumento no gasto nesta ação em relação com o exercício anterior, como se verifica no gráfico 1.

Gráfico 1 – Ação 2679 - Total Empenhado

**2.3.1.1.4 – Ação 2720 - Ações de Caráter Sigiloso na Área de Segurança Pública**

Quadro 5 - Dados Gerais da Ação 2720

Tipo de Ação	Atividade
Finalidade	Planejar e executar operações de inteligência e de caráter sigiloso.
Descrição	Mobilização dos meios necessários e execução de operações policiais visando ao mapeamento, identificação e combate das organizações criminosas e suas ramificações, bem como as operações de correições disciplinares e de combate à corrupção interna.
Unidade Responsável pelas decisões	Departamento de Polícia Federal

estratégicas	
Coordenador nacional da ação	Ademir Dias Cardoso Júnior
Unidades executoras	200339
Produto (unidade de medida)	Ação realizada (UNIDADE)

Fonte: SIGPLAN

#### Demonstrativo de execução orçamentária na Ação

Despesa empenhada	Despesa liquidada	Valores Pagos	Créditos Inscritos em RP não Processado
109.239,60	109.239,60	109.239,60	0,00

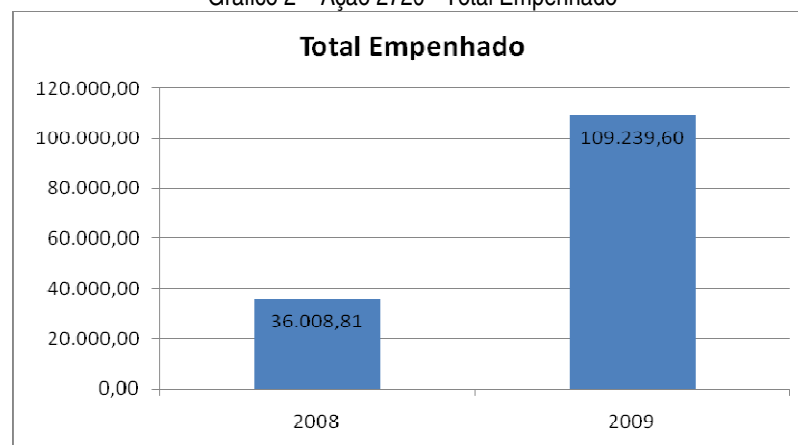
#### Considerações:

Os recursos acima descritos foram executados, primordialmente por meio de Suprimento de Fundos, para realização de diversos trabalhos e operações de inteligência policial diretamente ligados à atuação da Superintendência da Polícia Federal no desempenho de suas competências constitucionais, como operações de investigações sobre tráfico de entorpecentes, fraudes contra licitações públicas, fraudes financeiras, tráfico de animais silvestres, danos à flora, quando os recursos foram empregados no sentido de se obter, por meio de ações de caráter sigiloso, informações importantes para obtenção de dados e determinação de autoria dos fatos em investigação.

Os recursos humanos envolvidos na ação foram os que trabalharam diretamente com as operações de caráter sigiloso. Parcerias com outros Órgãos de Segurança Pública de todas as esferas do Poder e ações integradas de diversos setores de investigação policial da SR/DF nos trabalhos foram fatores que contribuíram para a melhoria dos resultados desejados, ou seja, o desencadeamento de operações policiais.

Tendo em vista o incremento da ação policial de investigação no ano de 2009, como reflexo da gestão de recursos humanos e materiais, voltada para melhoria da qualidade dos serviços executados na atividade-fim da Polícia Federal, qual seja, prevenir e reprimir a ocorrência de crimes na sua esfera de atuação, houve aumento de dispêndio de recursos nesta ação em relação aos exercícios anteriores, como se comprova no gráfico abaixo:

Gráfico 2 – Ação 2720 - Total Empenhado





### 2.3.1.1.5 – Ação 2726 - Prevenção e Repressão a Crimes Praticados contra Bens, Serviços e Interesses da União

**Quadro 6 - Dados Gerais da Ação 2726**

Tipo de Ação	Atividade
Finalidade	<p>Combater o contrabando e o descaminho, os crimes contra as propriedades intelectual e industrial (pirataria), os crimes cometidos por meio da rede mundial de computadores (cibernéticos), o tráfico de seres humanos, a exploração sexual infanto-juvenil e a pedofilia; reprimir o trabalho escravo; apurar conflitos agrários e fundiários; combater os crimes contra a previdência social, contra os direitos humanos, contra as comunidades indígenas e outros crimes contra bens, serviços e interesses da União, atuando de forma integrada com todas as áreas do Departamento e com os demais órgãos afins. Executar as medidas assecuratórias da incolumidade física de Representantes dos Poderes da República, Autoridades Brasileiras e Estrangeiras em visita ao Território Nacional.</p> <p>Fiscalizar e controlar as empresas de segurança privada em todo o país.</p>
Descrição	<p>Desenvolvimento de atividades de inteligência; mapeamento e ocupação de áreas; processamento de informações; execução de investigações, perícias, interrogatórios, acareações, reconstituições e de outras ações relevantes à elucidação de crimes; custeio de despesas com o deslocamento de agentes; aquisição de equipamentos de uso policial; dentre outros.</p> <p>Planejamento, coordenação e execução de operações e atividades voltadas para a garantia da integridade física de representantes dos Poderes da República, autoridades brasileiras e estrangeiras em visita ao Território Nacional.</p> <p>Concepção e implantação de um conjunto de iniciativas para o fortalecimento do controle de armas de fogo e munição em todo o Território Nacional. Realizar operações de fiscalização voltadas para a implementação de um efetivo controle das atividades relacionadas à fabricação, importação, exportação, registro, posse e comercialização de armas de fogo e munição em todo o Território Nacional.</p>
Unidade Responsável pelas decisões estratégicas	Departamento de Polícia Federal
Coordenador nacional da ação	Claudio Ferreira Gomes
Unidades executoras	200339
Produto (unidade de medida)	Operação realizada (UNIDADE)

Fonte: SIGPLAN

#### Demonstrativo de execução orçamentária na Ação

Despesa empenhada	Despesa liquidada	Valores Pagos	Créditos Inscritos em RP não Processado
775.387,40	743.336,14	743.336,14	32.051,26

### Considerações:

O desenvolvimento dos trabalhos de investigação policial, das atividades de polícia judiciária e administrativa que esta Superintendência Regional desenvolve para cumprir suas obrigações constitucionais, está baseado na utilização recursos orçamentários desta Ação. O valor da despesa empenhada em 2009, apontado no resumo acima, demonstra uma redução de aproximadamente 11% (onze por cento) em relação ao valor do ano anterior, o que determinou um ano em que a necessidade de se impor qualidade ao gasto público se mostrou primordial.

Com efeito, pode-se verificar que caminhamos muito bem na busca desse objetivo, pois a efetividade do gasto fica demonstrada na melhor gestão, que possibilitou a sensível diminuição de valores inscritos em Restos a Pagar, que em 2008 atingiram 29% (vinte e nove por cento) do valor empenhado, para 4,0 (quatro por cento) em 2009.

Desse modo, a SR/DF realizou 31 (trinta e uma) operações desenvolvidas na área de circunscrição, com ênfase no tráfico de entorpecentes com 22 (vinte e uma) operações realizadas, onde a atuação na fiscalização de passageiros e cargas no Aeroporto Internacional de Brasília, hoje o terceiro terminal brasileiro em fluxo de passageiros, aproximadamente 11.000.000 (onze milhões), foi intensificada e como resultado foram apreendidos aproximadamente 110 Kg (cento e dez quilogramas) de cocaína, maior marca dos últimos anos naquele local.

Ainda foram realizadas operações para coibir o tráfico de animais silvestres e crimes contra a flores e fauna, que resultaram na prisão de 21 (vinte e uma) pessoas. Outra atividade importante foi operação deflagrada para repressão de crimes praticados em desfavor da Caixa Econômica Federal (clonagem de cheques, clonagem de cartões e transferências fraudulentas via internet), além de diversas investigações voltadas a coibir a evasão de divisas, o tráfico de seres humanos, a exploração sexual infanto-juvenil e pedofilia.

O Setor Técnico-Científico emitiu 1.866 (mil oitocentos e sessenta e seis) laudos, o que representou em relação ao exercício anterior, um aumento de 201% (duzentos e um por cento) na produção de prova para compor os inquéritos policiais.

A quantidade de Inquéritos Policiais- IPL's instaurados saltou de 1.280 (mil duzentos e oitenta) em 2008 para 2.074 (dois mil e setenta e quatro) em 2009, um aumento de 62% (sessenta e dois por cento), ao tempo que o número de IPL's relatados aumentou em 55% (cinquenta e cinco por cento), passando de 926 (novecentos e vinte e seis) no exercício anterior para 1.436 (mil quatrocentos e trinta e seis). Tendo em vista o significativo aumento de IPL's instaurados, o número de inquéritos em andamento também aumentou - 24% (vinte e quatro por cento), contudo esse índice é aproximadamente três vezes menor do que o índice de instauração e metade do valor de IPL's relatados, o que demonstra um melhora significativa na diminuição de inquéritos em andamento no âmbito da SR/DF.

Foram cumpridos 165 (cento e sessenta e cinco) mandados de busca e apreensão pelas diversas delegacias, além da execução de 315 (trezentas e quinze) prisões.

Gráfico 3 – Ação 2726 – Total Empenhado

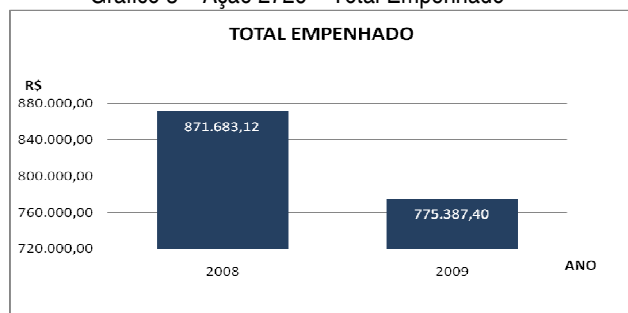
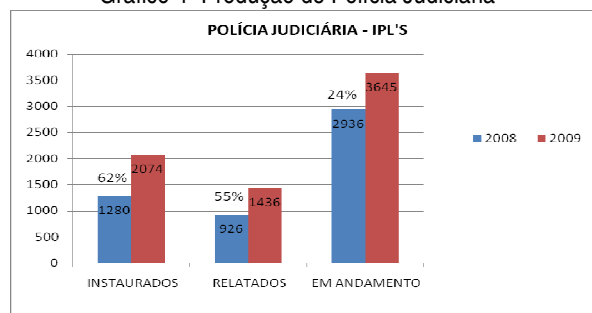


Gráfico 4- Produção de Polícia Judiciária



### 2.3.1.1.6 – Ação 4572 - Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação

**Quadro 7 - Dados Gerais da Ação 4572**

Tipo de Ação	Atividade
Finalidade	Promover a qualificação e a requalificação de pessoal com vistas à melhoria continuada dos processos de trabalho, dos índices de satisfação pelos serviços prestados à sociedade e do crescimento profissional.
Descrição	Realização de ações diversas voltadas ao treinamento de servidores, tais como custeio dos eventos, pagamento de passagens e diárias aos servidores, quando em viagem para capacitação, taxa de inscrição em cursos, seminários, congressos e outras despesas relacionadas à capacitação de pessoal.
Unidade Responsável pelas decisões estratégicas	Departamento de Polícia Federal
Coordenador nacional da ação	Laura Vilella Rosa Tacca
Unidades executoras	200339
Produto (unidade de medida)	Servidor Capacitado (UNIDADE)

Fonte: SIGPLAN

**Demonstrativo de execução orçamentária na Ação**

Despesa empenhada	Despesa liquidada	Valores Pagos	Créditos Inscritos em RP não Processado
34.680,00	32.880,00	32.880,00	1.800,00

#### **Considerações:**

Os recursos recebidos nesta ação foram executados para proporcionar aos servidores contemplados, a capacitação necessária e indispensável ao desenvolvimento de suas funções na Polícia Federal, com a matrícula em cursos de Pós-Graduação e Mestrado em áreas de concentração de conhecimentos muito importantes, como direito ambiental e políticas públicas, assim como a capacitação de servidores policiais para obtenção de habilitação para condução de motos.

A despeito do aumento de volume de recursos alocados nesta ação, em relação ao exercício anterior, ainda não foi possível obter a aprovação de todas as ações de capacitação pleiteadas no ano de 2009, pois de 13 (treze) ações solicitadas, apenas 03 (três) foram aprovadas.

Deve-se ressaltar que diversos cursos e treinamentos realizados ao longo de 2009, aproximadamente 30 (trinta), não estão espelhados nesta unidade jurisdicionada, por terem tido sua execução orçamentária vinculada à Academia Nacional de Polícia e ainda a treinamentos e reciclagens efetuadas na própria Superintendência, especialmente treinamento de tiro e técnicas de abordagem policial.

Gráfico 5 – Ação 4572 – Total Empenhado

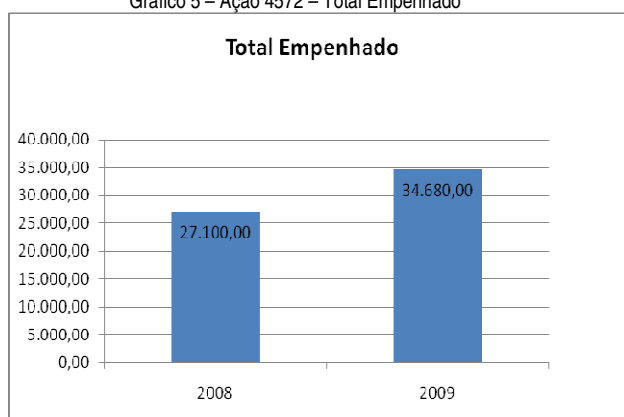
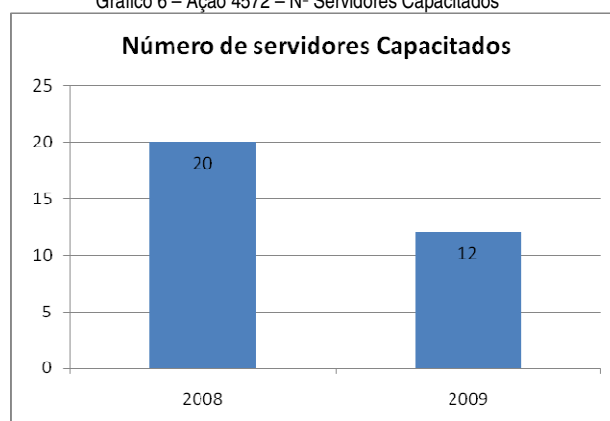


Gráfico 6 – Ação 4572 – Nº Servidores Capacitados



### 2.3.1.2 – Programa 1353 - Modernização da Polícia Federal

O Programa 1353 - Modernização da Polícia Federal tem por objetivo reestruturar o DPF, proporcionando condições operacionais para o exercício de suas atribuições constitucionais, conforme detalhado em quadro abaixo, devendo-se observar que as Ações especificadas se referem apenas àquelas executadas por esta Superintendência.

**Quadro 8 - Dados do Programa 1353 - Modernização da Polícia Federal e suas Ações**

Tipo de programa		Apoio às Políticas Públicas e Áreas Especiais
Objetivo Geral		Modernizar, fortalecer e integrar as instituições de Segurança Pública e Justiça
Objetivos Específicos		Aprimorar a estrutura e os modelos operacional e gerencial, bem como a capacidade executiva do policiamento federal.
Gerente de Programa		Rogério Augusto Viana Galloro
Responsável pelo Programa na UJ		Disney Rosseti
Indicador (es) para avaliação do programa		Não há indicador
Público-alvo (beneficiários)		Departamento de Polícia Federal
Código	Tipo <sup>2</sup>	Descrição da Ação
8979	A	Reforma e Modernização das Unidades do Departamento de Polícia Federal

Fonte: SIGPLAN

<sup>2</sup> Tipo de Ação: P – Projeto; A – Atividade; OP – Operação Especial

### 2.3.1.2.2 – Ação 8979 - Reforma e Modernização das Unidades do Departamento de Polícia Federal

**Quadro 9 - Dados Gerais da Ação 8979**

Tipo de Ação	Atividade
Finalidade	Reformar e restaurar as instalações do Departamento de Polícia Federal, visando a melhoria da organização e do desenvolvimento das atividades, a redução de custos operacionais e o atendimento às crescentes demandas da sociedade em relação a segurança pública.
Descrição	Atendimento à crescente demanda de espaço físico adequado à formação e atuação dos servidores do Departamento de Polícia Federal, realizando obras de reforma e modernização nas bases operacionais, na Academia Nacional de Polícia e nas demais unidades do Departamento de Polícia Federal, contemplando: serviços preliminares, movimentos de terra, fundações, infra-estrutura, superestrutura, vedações, esquadrias, coberturas, instalações hidro-sanitárias, elétricas e de telecomunicações e informática, revestimentos e pavimentações (pisos, paredes e forros), vidros, pinturas, elevadores e serviços complementares.
Unidade Responsável pelas decisões estratégicas	Fundo para Aparelhamento e Operacionalização das Atividades-Fim da Polícia Federal – FUNAPOL
Coordenador nacional da ação	Renato José Lazary da Fonseca
Unidades executoras	200339
Produto (unidade de medida)	unidade reformada (% de execução física)

Fonte: SIGPLAN

#### Demonstrativo de execução orçamentária na Ação

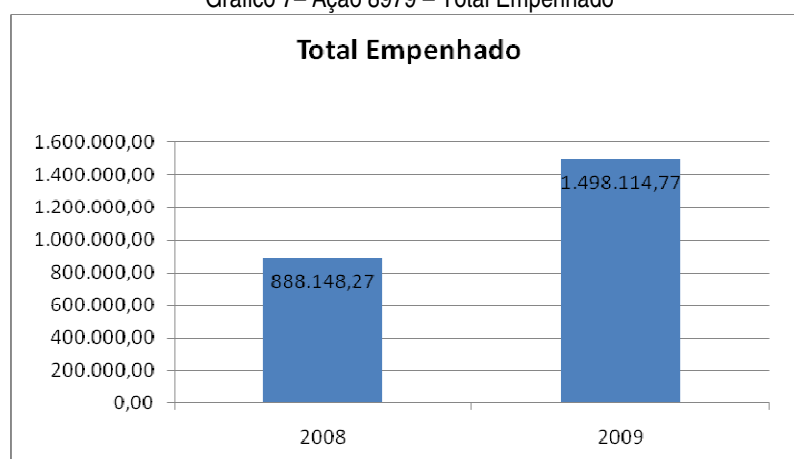
Despesa empenhada	Despesa liquidada	Valores Pagos	Créditos Inscritos em RP não Processado
1.498.114,77	73.200,37	73.200,37	1.424.914,40

#### Considerações:

Ainda no ano de 2007, foi estabelecido o objetivo de médio prazo, de se buscar e executar a reforma das instalações da sede da Superintendência, como forma de dotar o prédio de uma estrutura moderna e eficiente, para atender as demandas decorrentes do aumento da carga de trabalho, do número de servidores e funcionários. Desse modo para o orçamento de 2008 foram destinados R\$ 888.148,27 (oitocentos e oitenta e oito mil, cento e quarenta e oito reais, vinte e sete centavos), para execução da primeira etapa do projeto - reforma e modernização das instalações, com adequação de redes elétrica, telefônica e lógica, do pavimento térreo. Etapa concluída em julho de 2009.

No exercício de 2009 houve a destinação de R\$ 1.498.114,77 (um milhão, quatrocentos e noventa e oito mil, cento e quatorze reais, setenta e sete centavos), para a execução das etapas seguintes da obra, reforma dos 1º e 2º pavimentos a reforma do espaço antes destinado ao Núcleo de Custódia/SR/DF, transferido para o complexo da Papuda, para instalação do Centro de Inteligência da SR/DF. Com o mesmo recurso ainda foi possível a reforma do espaço ocupado pela Delegacia de Imigração localizada no Aeroporto Internacional de Brasília, aumentando sua área naquele local e a instalação de nova cobertura para os veículos de propriedade desta unidade, no Núcleo de Transporte, visto que a área coberta existente não comportava o número de veículos existentes.

Gráfico 7– Ação 8979 – Total Empenhado



### 2.3.1.3 – Programa 1453 - Nacional de Segurança Pública com Cidadania – PRONASCI

O Programa 1453 - Nacional de Segurança Pública com Cidadania – PRONASCI, de responsabilidade do Ministério da Justiça, conta com a participação da Polícia Federal na execução da Ação 8375 - Campanha de Desarmamento.

Quadro 10 - Dados do Programa 1453 - Nacional de Segurança Pública com Cidadania – PRONASCI

Tipo de programa	Finalístico
Objetivo Geral	Modernizar, fortalecer e integrar as instituições de Segurança Pública e Justiça
Objetivos Específicos	Enfrentar a criminalidade e a violência, nas suas raízes sociais e culturais e reduzir de forma significativa seus altos índices em territórios de descoesão social.
Gerente de Programa	Ronaldo Teixeira da Silva
Responsável pelo Programa na UJ	Disney Rosseti
Indicador (es) para avaliação do programa	Taxa de Homicídios (1/100.000 habitantes)
Público-alvo (beneficiários)	Adolescentes e jovens vítimas da violência, em situação de risco social ou em conflito com a lei, e suas famílias; operadores de segurança pública e as comunidades residentes nos territórios de descoesão social.

Fonte: SIGPLAN

### 2.3.1.3.1 – Ação 8375 - Campanha de Desarmamento

Quadro 11 - Dados Gerais da Ação 8375

Tipo de Ação	Atividade
Finalidade	Promover a campanha nacional de desarmamento e o pagamento de indenização pela entrega de armas de fogo.
Descrição	Realização de Campanha Nacional de Desarmamento, publicação de material informativo nas diversas mídias; recepção, acondicionamento, destino e pagamento de indenizações pela entrega de arma de fogo. Aperfeiçoamento do sistema de controle de armas e munições, a partir da contratação de empresas especializadas no desenvolvimento de soluções tecnológicas.
Unidade Responsável pelas decisões estratégicas	Ministério da Justiça
Coordenador nacional da ação	Cristina Gross Villanova
Unidades executoras	200338
Produto (unidade de medida)	Indenização paga (unidade)

Fonte: SIGPLAN

Demonstrativo de execução orçamentária na Ação

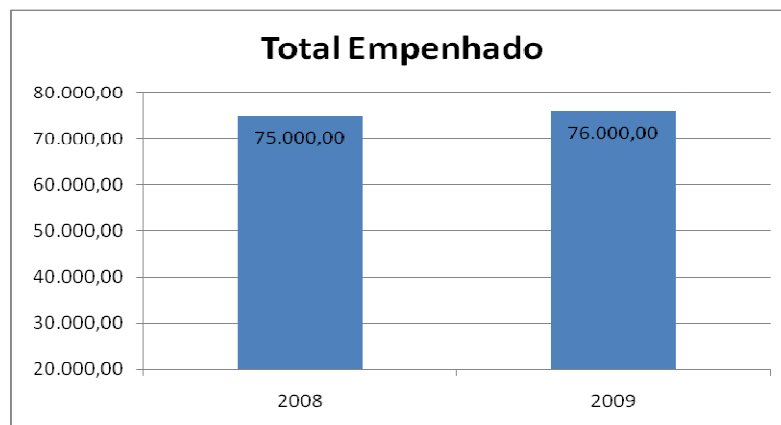
Despesa empenhada	Despesa liquidada	Valores Pagos	Créditos Inscritos em RP não Processado
76.000,00	66.500,00	66.500,00	9.500,00

#### Considerações:

O Departamento de Polícia Federal, em todos os Estados da Federação, é o executor da Campanha do Desarmamento, que consiste na entrega de arma de fogo mediante indenização, que inclusive passou a ter caráter permanente. Esta ação visa precipuamente ao pagamento das referidas indenizações, mas também tem o objetivo de fomentar de outras formas a ação, e especialmente a conscientização de que o um dos melhores caminhos para diminuição da violência no país e a diminuição da quantidade de armas em circulação. Esse objetivo serviu inclusive para a realização em 2009, da Campanha de Regularização de armas de fogo.

No Distrito Federal a Polícia Federal efetuou o pagamento de 607 indenizações, pelo recolhimento voluntário de armas, para um total de 1.674 armas de fogo arrecadas e 12.227 regularizadas, tendo sido adotadas iniciativas de interiorização da Campanha de desarmamento, que aconteceu com o deslocamento de equipes de policiais para cidades do estado de Goiás pertencentes à circunscrição desta unidade.

Gráfico 8 – Ação 8375 – Total Empenhado



### 2.3.1.4 – Programa 0750 - Apoio Administrativo

O Programa 0750 – Apoio Administrativo é um programa padronizado referente ao custeio da máquina estatal. Tem por objetivo intensificar as ações de apoio administrativo aos trabalhos operacionais da Polícia Federal. Consiste no aprimoramento da gestão, visando alcançar maior eficiência e eficácia no cumprimento das missões constitucionais do Departamento de Polícia Federal.

A única ação desenvolvida por esta Superintendência Regional dentro do programa em tela é a Ação 2000 – Administração da Unidade, a qual engloba a maior parte dos gastos da Unidade.

**Quadro 12 - Dados do Programa 0750 – Apoio Administrativo**

Tipo de programa		Apoio às Políticas Públicas e Áreas Especiais
Objetivo Geral		Não informado
Objetivos Específicos		Prover os órgãos da União dos meios administrativos para a implementação e gestão de seus programas finalísticos
Gerente de Programa		Não informado
Responsável pelo Programa		Disney Rosseti
Indicadores para avaliação do programa		Este Programa não possui indicadores.
Público-alvo (beneficiários)		Governo
Código	Tipo <sup>3</sup>	Descrição da Ação
2000	A	Administração da Unidade
2003	A	Ações de Informática

Fonte: SIGPLAN

<sup>3</sup> Tipo de Ação: P – Projeto; A – Atividade; OP – Operação Especial



### 2.3.1.4.1 – Ação 2000 - Administração da Unidade

Quadro 13 - Dados Gerais da Ação 2000

Tipo de Ação	Atividade
Finalidade	Constituir um centro de custos administrativos das unidades orçamentárias constantes dos orçamentos da União, agregando as despesas que não são passíveis de apropriação em programas ou ações finalísticas.
Descrição	<p>A atividade padronizada “Administração da Unidade” substitui as antigas atividades 2000 - Manutenção de Serviços Administrativos, 2001 - Manutenção de Serviços de Transportes e 2002 - Manutenção e Conservação de Bens Imóveis.</p> <p>Nesse sentido se constitui na agregação de despesas de natureza administrativa que não puderem ser apropriadas em ações finalísticas, nem a um programa finalístico. Essas despesas, quando claramente associadas a determinada ação finalística, devem ser apropriadas nesta ação; quando não puderem ser apropriadas a uma ação finalística, mas puderem ser apropriadas a um programa finalístico, devem ser apropriadas na ação Gestão e Administração do Programa (GAP, 2272); quando não puderem ser apropriadas nem a um programa nem a uma ação finalística, devem ser apropriadas na ação Administração da Unidade (2000).</p> <p>Essas despesas compreendem: serviços administrativos; pessoal ativo; manutenção e uso de frota veicular, própria ou de terceiros por órgãos da União; manutenção e conservação de imóveis próprios da União, cedidos ou alugados, utilizados pelos órgãos da União; tecnologia da informação, sob a ótica meio, incluindo o apoio ao desenvolvimento de serviços técnicos e administrativos; despesas com viagens e locomoção (aquisição de passagens, pagamento de diárias e afins); sistemas de informações gerenciais internos; estudos que têm por objetivo elaborar, aprimorar ou dar subsídios à formulação de políticas públicas; promoção de eventos para discussão, formulação e divulgação de políticas etc; produção e edição de publicações para divulgação e disseminação de informações sobre políticas públicas e demais atividades-meio necessárias à gestão e administração da unidade.</p>
Unidade Responsável pelas decisões estratégicas	Departamento de Polícia Federal
Coordenador nacional da ação	Não há coordenador vinculado
Unidades executoras	200338
Produto (unidade de medida)	Não há produto para esta Ação

Fonte: SIGPLAN

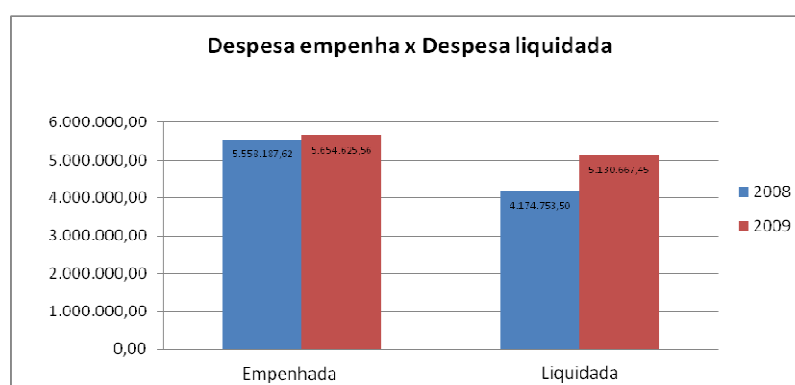
#### Demonstrativo de execução orçamentária na Ação

Despesa empenhada	Despesa liquidada	Valores Pagos	Créditos Inscritos em RP não Processado
5.654.625,56	5.130.667,45	4.991.491,21	523.958,11

#### Considerações:

A execução da Ação 2000 é fator impactante no desempenho operacional da Polícia Federal, uma vez que financia as despesas de natureza administrativa que não podem ser apropriadas em ações finalísticas, nem a um programa finalístico. Essas despesas compreendem serviços administrativos; pessoal ativo; manutenção e uso de frota veicular própria; manutenção e conservação de imóveis próprios da União, cedidos ou alugados, utilizados; contratação de pessoal de tecnologia da informação, vigilância, recepcionistas, limpeza e conservação, copeiragem e manutenção predial; despesas com viagens e locomoção (aquisição de passagens, pagamento de diárias e afins); insumos e demais atividades necessárias à gestão e administração da Superintendência. Os recursos humanos e materiais envolvidos nesta Ação são os diretamente envolvidos na atividade de suporte da Unidade.

Gráfico 9 – Ação 2000 – Despesa Empenhada x Despesa Liquidada



## 2.4 – Desempenho Operacional

### 2.4.1 – Evolução das despesas

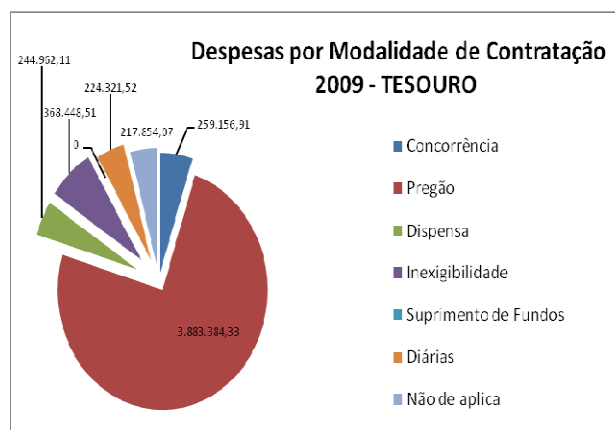
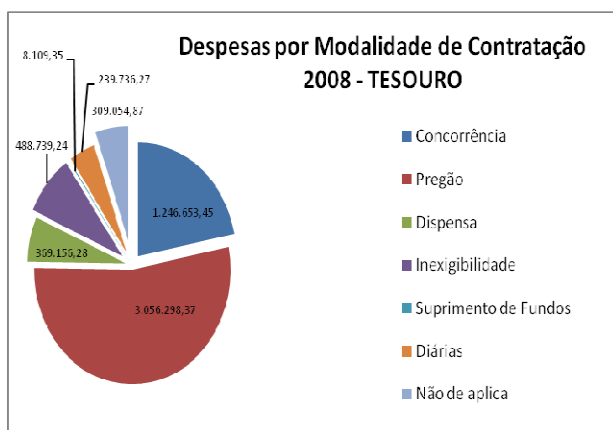
#### 2.4.1.1 - Despesas por Modalidade de Contratação

Quadro 14 - Despesas por Modalidade de Contratação – UG 200338 – TESOURO

Modalidade de Contratação	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada	
	Exercícios			
	2008	2009	2008	2009
Licitação	1.246.653,45	4.142.541,24	1.246.653,45	4.142.541,24
Convite	-	-	-	-
Tomada de Preços	-	-	-	-
Concorrência	1.246.653,45	259.156,91	1.246.653,45	259.156,91
Pregão	3.056.298,37	3.883.384,33	3.056.298,37	3.883.384,33
Concurso	-	-	-	-
Consulta	-	-	-	-
<b>Contratações Diretas</b>	<b>857.895,52</b>	<b>613.410,62</b>	<b>857.895,52</b>	<b>613.410,62</b>
Dispensa	369.156,28	244.962,11	369.156,28	244.962,11
Inexigibilidade	488.739,24	368.448,51	488.739,24	368.448,51
Regime de Execução Especial	8.109,35	-	8.109,35	-
Suprimento de Fundos	8.109,35	-	8.109,35	-
Pagamento de Pessoal	239.736,27	224.321,52	239.736,27	224.321,52
Pagamento em Folha <sup>1</sup>	0,00	0,00	0,00	0,00
Diárias	239.736,27	224.321,52	239.736,27	224.321,52
Outros	309.054,87	217.854,07	309.054,87	217.854,07
<b>Não de aplica</b>	<b>309.054,87</b>	<b>217.854,07</b>	<b>309.054,87</b>	<b>217.854,07</b>

<sup>1</sup> O pagamento da folha é realizado pelo Órgão Central - UG 200334. Os valores referentes à folha de pagamento desta Superintendência constarão no Relatório de Gestão do DPF.

## Gráficos 10 e 11 – Despesa por Modalidade de Contratação - Tesouro

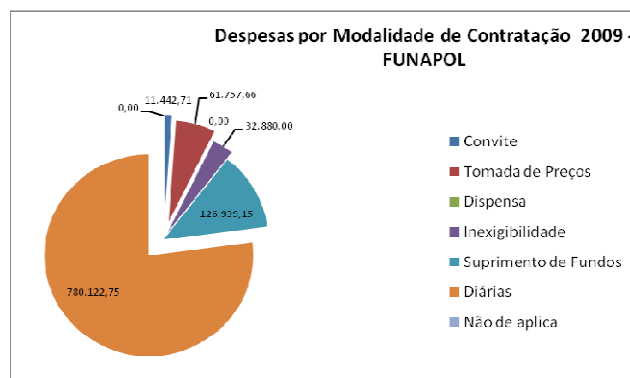
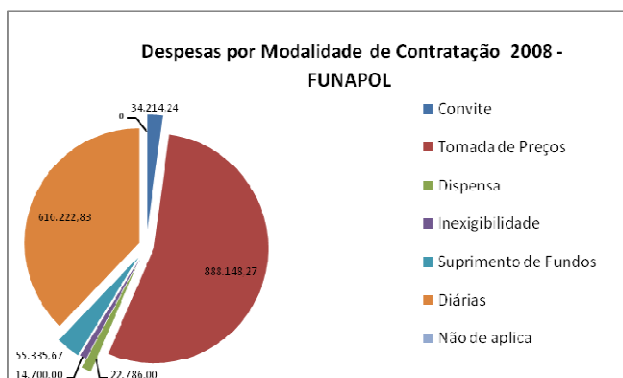


Quadro 15 – Despesas por Modalidade de Contratação – UG 200339 – FUNAPOL

Modalidade de Contratação	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada	
	Exercícios			
	2008	2009	2008	2009
<b>Licitação</b>	<b>922.362,51</b>	<b>73.200,37</b>	<b>922.362,51</b>	<b>73.200,37</b>
Convite	34.214,24	11.442,71	34.214,24	11.442,71
Tomada de Preços	888.148,27	61.757,66	888.148,27	61.757,66
Concorrência	-	-	-	-
Pregão	-	-	-	-
Concurso	-	-	-	-
Consulta	-	-	-	-
<b>Contratações Diretas</b>	<b>37.486,00</b>	<b>32.880,00</b>	<b>37.486,00</b>	<b>32.880,00</b>
Dispensa	22.786,00	-	22.786,00	-
Inexigibilidade	14.700,00	32.880,00	14.700,00	32.880,00
<b>Regime de Execução Especial</b>	<b>55.335,67</b>	<b>126.939,15</b>	<b>55.335,67</b>	<b>126.939,15</b>
Suprimento de Fundos	55.335,67	126.939,15	55.335,67	126.939,15
<b>Pagamento de Pessoal</b>	<b>616.222,83</b>	<b>780.122,75</b>	<b>616.222,83</b>	<b>780.122,75</b>
Pagamento em Folha <sup>1</sup>	0,00	0,00	0,00	0,00
Diárias	616.222,83	780.122,75	616.222,83	780.122,75
<b>Outros</b>				
Não de aplica	-	-	-	-

<sup>1</sup> O pagamento da folha é realizado pelo Órgão Central - UG 200334. Os valores referentes à folha de pagamento desta Superintendência constarão no Relatório de Gestão do DPF.

## Gráficos 12 e 13 – Despesa por Modalidade de Contratação - Funapol



### 2.4.1.3 - Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa

Quadro 16 - Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa – UG 200338 – TESOURO

Grupos de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	Exercícios							
	2008	2009	2008	2009	2008	2009	2008	2009
1 – Despesas de Pessoal*	7.544,21	-	7.544,21	-	-	-	7.544,21	-
91 – Sentenças Judiciais	7.544,21	-	7.544,21	-	-	-	7.544,21	-
2 – Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-	-	-
3 – Outras Despesas Correntes	4.811.539,20	5.410.207,75	4.200.953,21	4.952.061,64	-	425.599,01	4.199.067,99	4.812.885,40
14 – Diárias Pessoal Civil	239.736,27	224.815,13	239.736,27	224.321,52	-	493,61	239.736,27	224.321,52
30 – Material de Consumo	686.081,84	493.810,57	573.499,77	461.263,47	112.582,07	32.547,10	573.499,77	461.263,47
33 – Passagens e Despesas c/ Locomoção	412.024,79	294.076,62	396.407,09	242.569,86	15.617,70	51.506,76	396.407,09	242.569,86
37 – Loc. Mao de Obra	1.797.820,46	2.298.817,53	1.625.222,13	2.143.819,92	172.598,33	154.997,61	1.625.222,13	2.019.190,98
39 – Outros serviços 3ºs – Pes. Jurídica	1.368.966,13	1.880.771,00	1.062.478,24	1.671.764,22	306.487,89	209.006,78	1.062.216,56	1.657.216,92
47 – Obrg. Trib. Op. Intra Orçamentária	5.399,05	16.629,85	5.399,05	16.629,85	-	-	5.275,51	16.629,85
92 – Despesas de exercício anteriores	71.777,27	35.417,41	71.777,27	35.417,41	-	-	71.777,27	35.417,41
93 – Ind.. e Restituição.	229.733,39	165.869,64	226.433,39	156.275,39	3.300,00	9.594,25	224.933,39	156.275,39

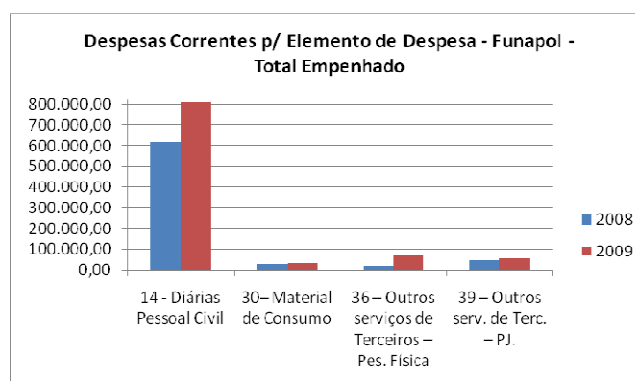
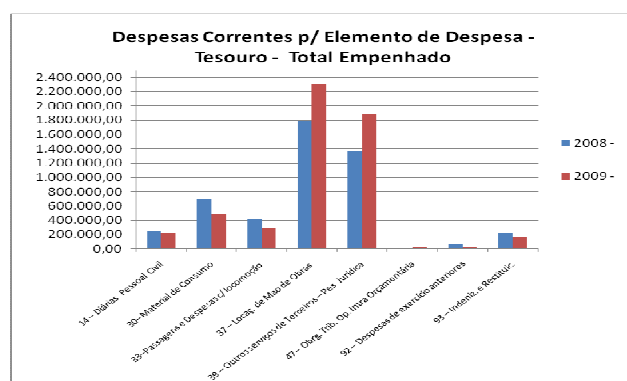
\*As despesas de pessoal ordinárias da Unidade Gestora são executadas pelo Órgão Central.

Quadro 17 - Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa – 200339 – FUNAPOL

Grupos de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	Exercícios							
	2008	2009	2008	2009	2008	2009	2008	2009
1 – Despesas de Pessoal*	-	-	-	-	-	-	-	-
2 – Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-	-	-
3 – Outras Despesas Correntes	702.220,50	973.793,16	698.658,50	939.941,90	3.562,00	33.851,26	698.658,50	939.941,90
14 – Diárias Pessoal Civil	616.222,83	812.174,01	612.222,83	780.122,75	-	32.051,26	616.22,83	780.122,75
30 – Material de Consumo	27.166,34	33.006,47	23.604,34	33.006,47	3.562,00	-	23.604,34	33.006,47
36 – Outros serviços de Terceiros – Pes. Física	14.820,00	71.400,00	14.820,00	71.400,00	-	-	14.820,00	71.400,00
39 – Outros serv. de Terc. – PJ.	44.011,33	57.212,68	44.011,33	55.412,68	-	1.800,00	44.011,33	55.412,68

\*As despesas de pessoal ordinárias da Unidade Gestora são executadas pelo Órgão Central.

Gráficos 14 e 15 - Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa – TESOURO e FUNAPOL



Quadro 18 - Evolução de Gastos Gerais – UG 200338 – TESOURO

Descrição	ANO		
	2007*	2008	2009
1. PASSAGENS	231.360,86	412.024,79	294.076,62
2. DIÁRIAS E RESSARCIMENTO DE DESPESAS EM VIAGENS	833.574,49	239.736,27	224.815,13
3. SERVIÇOS TERCEIRIZADOS	1.064.935,35	651.761,06	2.516.486,69
3.1 Publicidade	19.193,28	18.214,08	12.350,00
3.2 Vigilância, Limpeza e Conservação	1.104.124,73	1.797.820,46	1.417.823,23
3.3 Tecnologia da Informação	182.208,93	336.843,47	205.219,16
3.4 Outras Terceirizações	290.584,80	336.843,47	881.094,30
4. CARTÃO DE PAGAMENTO DO GOVERNO FEDERAL	-	50.876,84	-
5. SUPRIMENTO DE FUNDOS	74.799,51	55.335,67	-
<b>TOTAIS</b>	<b>2.745.846,60</b>	<b>2.574.008,11</b>	<b>3.035.378,44</b>

\* Inclui despesas com diárias para os Jogos Pan-Americanos do Rio de Janeiro

Quadro 19 - Evolução de Gastos Gerais – UG 200339 – FUNAPOL

Descrição	ANO		
	2007	2008	2009
1. PASSAGENS	-	-	-
2. DIÁRIAS E RESSARCIMENTO DE DESPESAS EM VIAGENS	418.484,87	616.222,83	812.174,01
3. SERVIÇOS TERCEIRIZADOS	-	-	-
4. CARTÃO DE PAGAMENTO DO GOVERNO FEDERAL	-	50.876,84	48.197,04
5. SUPRIMENTO DE FUNDOS	74.799,51	55.335,67	-
<b>TOTAIS</b>	<b>493.284,38</b>	<b>722.435,34</b>	<b>860.371,05</b>

### Considerações:

O exercício de 2009 se reveste de grande representatividade, pois foi o ano em que o processo de modernização e aprimoramento da gestão de recursos públicos de no âmbito do DPF, quando o orçamento de custeio, por iniciativa o órgão central, foi executado em acordo com a Portaria nº 786/09-DG/DPF, que estabeleceu cotas orçamentárias para todas as unidades. O desafio enfrentado nesta UJ foi realizar uma gestão austera e responsável dos recursos destinados. A seguir estão reproduzidos os valores destinados à SR/DF em 2009:

UG	ND		VALOR R\$
200338 TESOURO	339014	DIARIAS – PESSOAL CIVIL	262.000,00
	339030	MATERIAL DE CONSUMO	560.000,00
	339033	PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOCAO	380.000,00
	339036	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS – PESSOA FISICA	5.000,00
	339037	LOCAÇÃO DE MAO-DE-OBRA	1.705.000,00
	339039	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS-PESSOA JURIDICA	1.100.000,00
	<b>sub-total – Tesouro</b>		
200339 - FUNAPOL	339014	DIARIAS – PESSOAL CIVIL (Atividades Operacionais)	788.000,00
	339014	DIARIAS – PESSOAL CIVIL (Atividades Sigilosas)	20.000,00
	<b>sub-total – Funapol</b>		
<b>Total</b>			<b>4.820.000,00</b>

Desse modo, para atender às necessidades da SR/DF, em relação à disponibilização de material de expediente, de consumo e permanente, necessários à manutenção adequada dos serviços,

contratação de serviços necessários ao apoio de nossas atividades, manutenção da frota de veículos, aquisição de combustíveis, contratação da continuidade da reforma do edifício sede da SR/DF e da DELEMIG e a execução de cobertura para o NUTRAN, e ainda a manutenção de todas as obrigações com fornecedores em dia, trabalhamos voltados à otimização dos recursos a disposição.

Os dados informados nos quadros anteriores demonstram como foi a gestão orçamentária e financeira no ano, em análise evolutiva em relação ao exercício anterior, de onde pode-se destacar:

#### Unidade 200338 - Tesouro:

Diárias – Com adoção de política de austeridade na liberação de servidores para viagem sem, contudo, comprometer a qualidade dos serviços desta unidade, alcançamos uma economia de gastos de 6% em relação ao ano de 2008 (recursos efetivamente liquidados). Se levarmos em consideração a cota estabelecida pela COF/DLOG a economia foi ainda maior, aproximadamente 14%. Importante frisar que em agosto de 2009, os valores de diárias foram reajustados em 100% e ainda assim obtivemos a redução de despesas citada.

Material de Consumo – A economia alcançada, na ordem de 32,77%, deveu-se em grande parte, a uma gestão de almoxarifado melhorada e também ao planejamento de consumo para o exercício efetuada ainda em 2008 e também à entrega de material de consumo rigorosa, refletindo a real necessidade dos diversos setores da SR, que resultou em uma economia de 47% de gastos com material de expediente.

Ressalte-se também a economia alcançada com a aquisição de combustíveis, 16%, em um ano de aumento de frota de automóveis, com o recebimento de 27 novos veículos. A economia deveu-se em grande monta ao sistema de gerenciamento para o fornecimento de combustível que nos fornece ferramenta gerencial importante para análise e gestão dos recursos aplicados, possibilitando a identificação de desvios e chances de melhoria.

Houve também economia considerável na aquisição de peças para os veículos em manutenção, 35,88%, devido especialmente à contratação emergencial efetuada, para suprir a suspensão do contrato de gerenciamento por parte do Tribunal de Contas da União, onde obtivemos condições econômicas muito favoráveis à SR/DF no período de execução do compromisso, até que a licitação instaurada fosse concluída.

Importante expor a economia alcançada com aquisição de material de processamento de dados (basicamente toner e cartuchos de impressão). No ano de 2009 não dispendemos nenhum recurso para aquisição desses insumos, ou seja, 100% de economia. Tal fato é decorrente do contrato de reprografia em vigor, onde a empresa mantém em nossas dependências 59 (cinquenta e nove) máquinas multifuncionais, sendo 50 monocromáticas, 08 coloridas e 01 de médio porte para atender necessidades especiais, em que a contratada é responsável por todos os insumos e manutenção dos equipamentos e esta unidade apenas adquire o papel utilizado.

Despesas de Locomoção e Passagens Aéreas – Alcançamos uma economia de 41,13% em relação dos gastos de 2008, sem qualquer prejuízo às atividades desenvolvidas pela SR/DF.

Locação de Mão-de-obra – Neste tipo de despesa tivemos um aumento de 19,25% em relação ao ano de 2008. Todavia se levamos em consideração o fato que esta descentralizada, em atendimento à política de racionalização de gastos implementada no DPF, efetuou duas grandes contratações de mão-de-obra terceirizada (Vigilância e Recepção), para atender todas as unidades sediadas no Setor Policial, o nosso aumento de gastos certamente foi inferior à economia proporcionada às outras unidades (COAD, CTI e DITEC) que não necessitaram efetuar esse tipo de contratação em 2009.

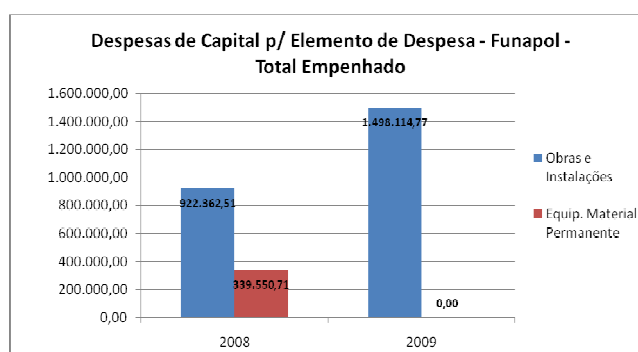
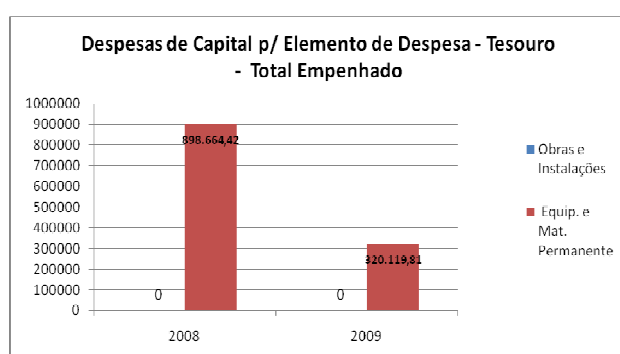
Deve-se levar em consideração que os contratos de terceirização de recepcionistas para imigração e copeiragem foram assinados somente no final de 2008, o que determinou um gasto menor nesses instrumentos do que o efetivamente contratado anualmente.



Quadro 21 - Despesas Capital por Grupo e Elemento de Despesa – UG 200339 – FUNAPOL

Grupos de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	Exercícios							
	2008	2009	2008	2009	2008	2009	2008	2009
4 - Investimentos	1.261.913,22	1.498.114,77	39.008,24	73.200,37	1.222.904,98	1.424.914,40	39.008,24	73.200,37
51 – Obras e Instalações – OP. INT. ORC.	922.362,51	1.498.114,77	34.214,24	73.200,37	888.148,27	1.424.914,40	34.214,24	73.200,37
52 – Equip. e Mat. Permanente – OP. Intra-	339.550,71	-	4.794,00	-	334.756,71	-	4.794,00	-
5 - Inversões Financeiras								
6 - Amortização Dívida								

Gráficos 15 e 16 - Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa – TESOURO e FUNAPOL



### Considerações:

Nas duas unidades (Tesouro e Funapol), houve redução na realização de despesas de capital, para aquisição de equipamentos e material permanente, notadamente porque em 2008, esta Unidade realizou grande aquisição de mobiliário para atender a reforma do prédio, já dimensionada para quando da conclusão de toda a obra – os móveis encontram-se no almoxarifado.

De toda maneira realizamos algumas aquisições importantes, como fragmentadoras para atender demanda de alguns anos, aparelhos de ar condicionado a serem instalados no Centro de Inteligência, ainda na reforma, computadores para suprir necessidade urgente com aumento do número de Escrivães de Polícia Federal aqui lotados.

De outra maneira, a execução de despesas de capital com obras e instalações pelo segundo exercício consecutivo alcançou patamar importante, pois em 2008 já havíamos efetuado gastos de R\$ 922.362,51 e em 2009 saltamos para R\$ 1.498.114,77, o que nos possibilitou realizar licitações para a continuidade da reforma do edifício sede da SR/DF e criação do Centro de Inteligência, ampliação da DELEMIG e reparo no telhado do edifício sede desta unidade, que apresentava infiltrações.



### 2.4.1.5 - Demonstrativo da Execução Orçamentária por Programa de Governo

Quadro 22 - Demonstrativo da Execução Orçamentária por Programa de Governo

Identificação do Programa de Governo						
Código no PPA: 0662		Denominação: Prevenção e Repressão à Criminalidade				
Dotação		Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Restos a Pagar não processados	Valores Pagos	
Inicial	Final					
Não se Aplica <sup>1</sup>		957.637,07	923.785,81	33.851,23	923.785,81	
Informações sobre os resultados alcançados						
Ordem	Indicador (Unidade medida)	Referência <sup>2</sup>			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício
		Data	Índice inicial	Índice final		
1	Prazo de Conclusão de Inquéritos	01/12/2006	79	70	75	93,36 <sup>3</sup>
<b>Fórmula de Cálculo do Índice:</b>						
Tempo médio gasto entre a abertura e conclusão de inquéritos policiais na Superintendência Regional da Polícia Federal no Distrito Federal no ano de 2009, tomando-se como base de cálculo os IPL's instaurados por meio de Portaria. Para aqueles decorrentes de flagrantes o tempo médio de conclusão é 31,75 dias.						
<b>Análise do Resultado Alcançado:</b>						
Como o aumento na produtividade e diminuição dos expedientes pendentes de instauração de Inquérito e ainda levando-se em conta que o número de autoridades policiais responsáveis pela realização permaneceu praticamente inalterada nos últimos exercícios, ainda não foi possível o alcance do índice previsto no SIGPLAN.						
Ordem	Indicador (Unidade medida)	Referência			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício
		Data	Índice inicial	Índice final		
2	Taxa de Conclusão de Inquéritos	31/12/2006	63,6	80	70	69,23 <sup>3</sup>
<b>Fórmula de Cálculo do Índice:</b>						
Relação percentual entre o número de inquéritos policiais concluídos em todas as unidades operacionais do órgão e o total de inquéritos policiais instaurados, independentes de complexidade e/ou esfera de atuação.						
<b>Análise do Resultado Alcançado:</b>						
Com o foco voltado à qualidade dos trabalhos de polícia judiciária, envolvendo especialmente diligência no sentido de se diminuir a quantidade de expedientes pendentes de instauração de IPL, o que resultou em um diminuição em 63,5% neste número, levando a um pequeno decréscimo no índice de conclusão de IPL's em 2,77% em relação ao exercício anterior, mas muito próximo ao índice estabelecido para 2009.						

Fonte: SIGPLAN e SISCART

<sup>1</sup> As Superintendências operam apenas na execução orçamentária de ações. Não há dotação específica. Esta informação constará apenas no Relatório de Gestão do DPF – Órgão Central.

<sup>2</sup> A Referência informada é a constante no PPA, estabelecida pelo DPF considerando os números globais da Polícia Federal.

<sup>3</sup> O índice informado se refere apenas ao desempenho desta superintendência.

#### Considerações:

A atuação desta UJ voltada ao cumprimento de suas competências constitucionais está lastreada na execução orçamentária dentro do programa de governo 0662 – Prevenção e Repressão à Criminalidade, que engloba as ações relativas à atividade-fim da Polícia Federal. Ressalte-se que a concentração de esforços para o alcance de resultados operacionais melhores, com a almejada redução da criminalidade ou resposta aos anseios da população pela diminuição da criminalidade, no combate ao tráfico de drogas e em especial no Distrito Federal, no combate à corrupção e fraudes em licitações, refletiu-se na gestão de recursos neste programa.

Pelo exposto ao longo deste relatório, verifica-se que as nossas atividades basearam-se especialmente na ação 2726 - repressão aos crimes praticados com os bens e interesses da União – que representou 91% do total gasto no programa. Nesta ação estão concentrados os dispêndios realizados para condução das investigações, realização de operações policiais e pagamento de diárias aos servidores policiais, que se deslocaram no interesse do serviço. Aponta-se ainda que mesmo esta ação sendo a mais importante executada em termos orçamentários, tivemos que lutar com uma dificuldades de execução face à redução de limites orçamentários e financeiros imposta pelo Ministério do Planejamento para enfrentamento de problemas de arrecadação no ano de 2009, devidos à crise financeira mundial, o que nos impôs uma redução de 12% no montante empenhado em relação ao exercício de 2008.

Nas outras ações do programa 0662, para que a efetividade de nossas ações de investigação e realização de operações policiais fosse melhorada, houve incremento acentuado de trabalhos voltados para inteligência policial, o que determinou aumento significativo (290%) de recursos empregados na ação 2720 – Ações de caráter sigiloso, que são primordiais para a obtenção de resultados operacionais relevantes, consubstanciados, por exemplo, nas as prisões efetuadas e autorizações judiciais para o cumprimento de mandados de busca e apreensão.

Fato relevante na execução do programa 0662 foi a importante melhoria na condução dos trabalhos de polícia judiciária, quando conseguimos diminuir sensivelmente o número de expedientes para instauração de inquérito policial pendentes para 775, uma redução de 63,5% em relação ao ano anterior, quando existiam 2.128.

Com relação aos demais programas, não há, no Plano Plurianual, indicadores definidos para o Departamento de Polícia Federal.

Identificação do Programa de Governo					
Código no PPA: 01353		Denominação: Modernização da Polícia Federal			
Dotação		Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Restos a Pagar não processados	Valores Pagos
Inicial	Final				
Não se Aplica <sup>1</sup>		1.498.114,97	73.200,77	1.424.914,40	73.200,77
Identificação do Programa de Governo					
Código no PPA: 01453		Denominação: Nacional de Segurança Pública com Cidadania – PRONASCI			
Dotação		Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Restos a Pagar não processados	Valores Pagos
Inicial	Final				
Não se Aplica <sup>1</sup>		76.000,00	66.500,00	9.500,00	66.500,00
Identificação do Programa de Governo					
Código no PPA: 0750		Denominação: Apoio Administrativo			
Dotação		Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Restos a Pagar não processados	Valores Pagos
Inicial	Final				
Não se Aplica <sup>1</sup>		5.654.625,56	5.130.667,45	523.958,11	4.991.491,21

Fonte: SIGPLAN e SISCART

<sup>1</sup> As Superintendências operam apenas na execução orçamentária de ações. Não há dotação específica. Esta informação constará apenas no Relatório de Gestão do DPF – Órgão Central.

### 2.4.1.6 - Execução Física e Financeira das ações realizadas pela Unidade

**Quadro 23 – Execução física e financeira das ações realizadas pela Unidade – UG 200338 – TESOURO**

Função	Sub função	Prog.	Ação	Tipo <sup>1</sup>	Prio <sup>2</sup>	Unidade Medida	Meta Física <sup>3</sup>			Meta Financeira		
							Prev.	Real.	P/2010	Prev.	Real	P/2010
<b>06 – Segurança Pública</b>	122 – Administração Geral	750	2000	A	3	Não há	NA	NA	NA	NA	5.654.625,56	NA
	125 – Normatização e Fiscalização	662	2679	A	3	Documento Emitido	NA	NA	NA	NA	38.330,07	NA
	128 – Formação de Recursos Humanos	662	4572	A	3	Servidor Capacitado	NA	NA	NA	NA	34.680,00	NA
	181 – Policiamento	1353	8979	A	3	Operação Realizada	NA	NA	NA	NA	1.498.114,77	NA
	181 – Policiamento	662	2726	A	3	Operação Realizada	NA	NA	NA	NA	775.387,40	NA
	183 – Informação e Inteligência	662	2720	A	3	Ação realizada	NA	NA	NA	NA	109.239,60	NA
	422 – Direitos Individuais, coletivos e Difusos	1453	8375	A	3	Indenização Paga	NA	NA	NA	NA	76.000,00	NA

<sup>1</sup> Tipo da Ação: P – Projeto; A – Atividade e OP – Operação Especial

<sup>2</sup> Prioridade: 1 – Ação do PAC (Programa de Aceleração do Crescimento) exceto PPI, 2 – Ação do PPI (Projeto Piloto de Investimento), 3 – Demais ações prioritárias, 4 – Ação não prioritária;

<sup>3</sup> O campo preenchido como “NA” – Não se Aplica está seguindo a orientação da CGU para o caso da UJ operar apenas como executora da ação. As metas físicas e financeiras estabelecidas na LOA e constante no SIGPLAN se referem a todo DPF.

**Quadro 24 – Execução física e financeira das ações realizadas pela Unidade – 200339 – FUNAPOL**

Função	Sub função	Prog.	Ação	Tipo <sup>1</sup>	Prio <sup>2</sup>	Unidade Medida	Meta Física <sup>3</sup>			Meta Financeira		
							Prev.	Real.	P/2010	Prev.	Real	P/2010
<b>06 – Segurança Pública</b>	122 – Administração Geral	750	2000	A	3	Não há	NA	NA	NA	NA	5.654.625,56	NA
	125 – Normatização e Fiscalização	662	2679	A	3	Documento Emitido	NA	NA	NA	NA	38.330,07	NA
	128 – Formação de Recursos Humanos	662	4572	A	3	Servidor Capacitado	NA	NA	NA	NA	34.680,00	NA
	181 – Policiamento	1353	8979	A	3	Operação Realizada	NA	NA	NA	NA	1.498.114,77	NA
	181 – Policiamento	662	2726	A	3	Operação Realizada	NA	NA	NA	NA	775.387,40	NA
	183 – Informação e Inteligência	662	2720	A	3	Ação realizada	NA	NA	NA	NA	109.239,60	NA
	422 – Direitos Individuais, coletivos e Difusos	1453	8375	A	3	Indenização Paga	NA	NA	NA	NA	76.000,00	NA

<sup>1</sup> Tipo da Ação: P – Projeto; A – Atividade e OP – Operação Especial

<sup>2</sup> Prioridade: 1 – Ação do PAC (Programa de Aceleração do Crescimento) exceto PPI, 2 – Ação do PPI (Projeto Piloto de Investimento), 3 – Demais ações prioritárias, 4 – Ação não prioritária;

<sup>3</sup> O campo preenchido como “NA” – Não se Aplica está seguindo a orientação da CGU para o caso da UJ operar apenas como executora da ação. As metas físicas e financeiras estabelecidas na LOA e constante no SIGPLAN se referem a todo DPF.

### Considerações:

Importante destacar que esta Unidade Jurisdicionada apresenta nas tabelas xx e xx o indicativo NA (não se aplica) nos espaços para previsão, execução e previsão para 2010 das metas físicas financeiras no exercício, com referentes aos programas do Departamento de Polícia Federal, porque os dados são apresentados no Relatório de Gestão da Unidade Central do Departamento de Polícia Federal, que os detém. Para esta unidade não é possível identificar nos recursos recebidos e executados qual é a sua equivalência em quantidade e/ou percentual nas ações, pois as mesmas são desenvolvidas por todas as unidades centrais e descentralizadas do DPF, não sendo então, razoável a formulação de juízo sobre o atingimento ou não das metas propostas.

### 2.4.2 – Indicadores de desempenho

A adoção de indicadores de desempenho para que seja possível ao gestor público e especialmente à população, verificar, quantificar e especialmente qualificar os serviços prestados por qualquer repartição pública é um das maiores urgências que nos deparamos na atualidade, pois somente se formos capazes de identificar o quanto produzimos e o dispêndio de recursos públicos atrelado a isso, nos será possível estabelecer objetivos e metas perfeitamente factíveis e confiáveis na busca da eficiência e eficácia para atender às nossas obrigações institucionais.

Tal demanda está elencada como prioridade para a Polícia Federal em seu plano estratégico e é objeto de contratos firmados com instituições especializadas para que sejam estabelecidos os indicadores.

Ainda assim, é possível se verificar na extração de alguns dados vinculados à nossa atuação, que esta vem se mostrando de melhor qualidade e produtividade ao longo dos últimos anos, mesmo que nossa força de trabalho, isto é, o número de servidores em exercício nesta UJ, tenha se mostrado estável, com um aumento não superior a 4% em relação a 2008, por exemplo:

Atividade	2008	2009	Índice (%)
Laudos Periciais Emitidos	927	1.866	201,30
Passaportes Emitidos	38.281	57.478	50,10
Armas Registradas	7.638	14.157	85,30
Pessoas Indiciadas	351	954	171,80

Ressalte-se que os índices mostrados referem-se a atividades de polícia administrativa e levantamento estatístico de produção judiciária, pois sua aferição é confiável, mas fornece parâmetros de avaliação de produtividade. Percebe-se que nessas atividades os números alcançados demonstram plenamente a melhoria do desempenho e produtividade em relação ao exercício anterior.

De outro lado é extremamente difícil indicar números de produção da atividade policial voltada para investigação propriamente dita, pois ainda hoje não é possível estabelecer índices confiáveis dessas atividades, visto que nem sempre um número ou valor que apresentem aumento ou diminuição entre dois períodos, refletirão um aumento ou diminuição da produtividade ou efetividade da atuação policial naquela região, visto que no caso desta UJ apresentamos um significativo aumento de indiciamentos e em função do direcionamento das atividades de investigação, realizamos um número menor de operações policiais.

### 2.4.3 – Análise do desempenho

O desempenho desta Superintendência Regional, diante da análise dos índices acima, demonstra que mesmo com dificuldades expressas e reais no ano de 2009, que determinou diminuição de limites orçamentários e financeiros a todos os órgãos da administração pública federal, se demonstrou bastante satisfatório, pois com um efetivo reduzido para a quantidade de demandas nas mais diversas áreas de nossa atuação, fomos capazes de aumentar nossa efetividade em diversos setores, como por exemplo, a emissão de laudos periciais. Como a atividade de criminalística está ligada a produção de prova técnica aos Inquéritos Policiais e se experimentamos um aumento significativo de número de IPL's, foi natural o aumento na produtividade de polícia técnica, demonstrando que a melhoria de nosso desempenho é resultado da ação coordenada e interdependente dos diversos níveis e setores de atuação.

Nesse mesmo diapasão, verifica-se acertada a estratégia de levar a emissão de passaportes para os Centros de Atendimento ao Cidadão, pois foi possível aumentar o número de pontos de atendimento e aplicando maior produtividade, foi possível um aumento de cinquenta por cento no número de passaportes emitidos, com uma significativa diminuição no tempo de agendamento para obtenção do documento de viagem pela população.

Desse modo foi possível a esta UJ ao longo do exercício de 2009, em uma conjugação de esforços, desde aqueles voltados aos trabalhos de apoio à atividade-fim até os policiais e servidores empenhados na atuação da Polícia Federal no Distrito Federal, experimentar melhorias de produtividade, de eficiência e eficácia e especialmente pudermos ser mais efetivos naquela que afinal, é a maior de nossas funções, a de Polícia Judiciária da União, onde o trabalho árduo e dedicado possibilitou o alcance de melhores resultados, com a percepção por parte da população, que mesmo intangível é nosso maior indicador, de que a atuação da Polícia Federal é importante e primordial à manutenção de seus direitos e no combate à criminalidade, especialmente a corrupção e os crimes contra o patrimônio público.

## 3 - Recursos Humanos

Quadro 25 - Composição do Quadro de Recursos Humanos – Situação em 31/12/2009

Composição do Quadro de Recursos Humanos Situação apurada em 31/12/2009			
Regime do Ocupante do Cargo	Lotação Efetiva	Lotação Autorizada	Lotação Ideal
<b>Estatutários</b>	400	0	Não há informação <sup>1</sup>
Próprios	400	0	
Requisitados	0	0	
<b>Celetistas</b>			
<b>Cargos de livre provimento</b>	-	-	
Estatutários	-	-	
Não Estatutários	-	-	
<b>Terceirizados</b>	-	-	
<b>Total</b>	400	0	

Fonte: SIAPE

<sup>1</sup> - O Departamento de Polícia Federal não possui levantamento quanto ao quantitativo ideal de servidores para os seus quadros.

Quadro 26 - Composição e custos de Recursos Humanos nos exercícios de 2007, 2008 e 2009

QUADRO PRÓPRIO						
TIPOLOGIA	Qtd.	Vencimentos e vantagens fixas	Retribuições	Gratificações	Adicionais	Indenizações
<b>Estatutários (inclusive os cedidos, com ônus)</b>						
2007	376	35.359.216,92		2.205.119,49	58.020,59	882.717,37
2008	381	44.689.535,49		2.892.363,54	254.657,83	867.267,68
2009	400	50.764.352,43		1.595.234,36	219.503,47	840.899,74
<b>Celetistas (inclusive os cedidos, com ônus)</b>						
2007	0					
2008	0					
2009	0					
<b>Cargo de Provimento em Comissão ou de Natureza Especial (sem vínculo)</b>						
2007	0					
2008	0					
2009	0					
<b>Requisitados com ônus para a UJ</b>						
2007	0					
2008	0					
2009	0					
<b>Requisitados sem ônus para a UJ</b>						
2007	0					
2008	0					
2009	0					

QUADRO TERCEIRIZADO								
Finalidade	Conservação e Vigilância		Apoio Administrativo		Atividades de Área-fim		Estagiários	
	Qtd.	Custo	Qtd.	Custo	Qtd.	Custo	Qtd.	Custo
2007	41	1.104.124,73	12	290.584,80	-	-	0	
2008	43	1.460.976,99	20	336.843,47	-	-	19	44.798,96
2009	44	1.417.723,23	50	1.086.313,46	-	-	25	144.201,50

Fonte: SIAPE

### Considerações:

O quantitativo de funcionários correspondentes aos contratos de terceirização mostra aumento em relação aos exercícios anteriores devido à política de racionalização de contratações de serviços para as unidades do DPF localizadas no Setor Policial Sul de Brasília, onde foram realizadas por esta UJ contratações de serviços de vigilância e recepção, o que determinou o aumento de funcionários nos contratos desta unidade, contudo resultou em diminuição desses postos nas unidades DITEC e CTI.

Também foi implementado o serviço de recepção a passageiros e Tripulantes de vôos internacionais no Aeroporto de Brasília em um total de 14 (quatorze) postos de trabalho, o que explica o aumento de postos de apoio administrativo.

Em continuidade ao trabalho de inserção da Polícia Federal na atividade de preparação dos jovens brasileiros para sua vida profissional iniciado em 2008, foi possível aumentar o nº de vagas de estágio, com oferecimento inclusive, de vagas de estágio para alunos do ensino médio.

Em relação à composição de recursos humanos próprios, é possível se verificar que mesmo com um aumento de efetivo na ordem 6,2% em relação ao número de 2007, percebe-se, este se mostra insuficiente para atender às demandas cada vez maiores da sociedade em relação à atividade da Polícia Federal, tendo em vista principalmente uma lotação ideal estimada de 556 servidores. Mesmo com aumento no ano de 2009 no número de escrivães lotados nesta UJ, de 45 em 2008 para 71, tal aumento não se reproduziu em melhoria significativa do nosso quadro de servidores, pois houve a saída de profissionais de outros cargos.

Diante de uma simples análise, verifica-se que a lotação desta Unidade em dezembro de 2008 correspondia a 381, sendo 100 servidores administrativos e em 2009 o efetivo da Unidade era de 400, sendo 103 servidores administrativos.

Em relação aos servidores policiais, a Portaria nº 463/2009-DG/DPF de 04.08.2009, fixou o quadro de lotação das unidades do DPF, para estabelecimento de critérios de preenchimento das vagas existentes.

Uma vez que a Portaria acima referida não contempla claros de lotação para a Superintendência Regional da Polícia Federal no Distrito Federal, as remoções propostas por esta administração regional, visando dar continuidade à política de apoio, bem como o aumento de efetivo devido à reestruturação das diversas Delegacias, Setores e Núcleos e a Corregedoria Regional, tem sido Indeferidas com este fundamento.

Assim, propondo-se ainda, que caso não seja possível a imediata adoção da proposta ideal como claros de lotação para a SR/DF, seja autorizado um acréscimo de 10% (dez pontos percentual) na lotação atual, para que seja gerado claro de lotação, viabilizando-se assim as remoções necessárias, bem como as já propostas é indeferidas, para que seja possível o alcance de maior eficiência e eficácia nos trabalhos aqui realizados. Pois mesmo não havendo no Departamento de Polícia Federal levantamento específico para determinação de lotação ideal de suas diversas unidades, o dia-a-dia de nossas atividades nos impõe a necessidade de aumento de servidores aqui lotados.

No tocante ao Plano Especial de Cargos, percebe-se nitidamente a carência de servidores administrativos nesta UJ, inclusive com Delegacias, Setores e Núcleos que não possuem sequer um servidor administrativo lotado.

O problema atinge níveis críticos vez que temos 103 servidores do PEC (téc. contabilidade, agentes administrativos, etc.) para desenvolver as atividades meio, tais como: Atendimento ao público nas áreas de passaporte, estrangeiro, antecedentes criminais, sistema nacional de armas, além de desempenharem atribuições específicas junto aos Setores (SRH, SELOG) e atividades de apoio nas diversas Delegacias Especializadas.

Assim, de vital importância a realização de concurso público em caráter emergencial, para suprir a falta de servidores administrativos nesta UJ e todas as outras unidades do DPF, pois esses servidores são importantes e imprescindíveis para as atividades de apoio na consecução dos objetivos estratégicos do DPF e ainda para que seja evitada a retirada de servidores policiais das áreas finalísticas para suprirem as necessidades da área meio e de suporte.

Com relação à avaliação de indicadores gerenciais sobre recursos humanos, vale observar que o Departamento de Polícia Federal não possui indicadores, que são objetos de estudos para sua fixação no menor tempo possível, como meio de emprestar melhores instrumentos de avaliação de nossa capacidade laboral.

## 4 - Reconhecimento de Passivos por Insuficiência de Créditos ou Recursos

– não ocorreu no período –

## 5 – Informações sobre Restos a Pagar - 2009

Quadro 27 - Pagamento de Restos a Pagar - Exercício de 2009 – UG 200338 – TESOURO

Restos a Pagar Processados				
Ano de Inscrição	Inscritos	Cancelados	Pagos	A Pagar
2007*	41.279,14	41.279,14	-	-
2008*	252.248,78	200.381,49	51.867,29	-
2009	2.223,53	2.223,53	-	-
Restos a Pagar não Processados				
Ano de Inscrição	Inscritos	Cancelados	Pagos	A Pagar
2007*	224.076,83	51.145,73	172.931,10	00,00
2008*	738.662,45	192.190,27	516.419,71	29.052,47
2009	1.465.645,33	185.894,46	1.303.945,34	4.858,00
Observações:				

Fonte: SIAFI Gerencial

\* Valores consolidam as duas Unidades Gestoras-200338 e 200339, recursos Tesouro e Funapol.

Quadro 28 - Pagamento de Restos a Pagar - Exercício de 2009 – UG 200339 – FUNAPOL

Restos a Pagar Processados				
Ano de Inscrição	Inscritos	Cancelados	Pagos	A Pagar
2007*	41.279,14	41.279,14	-	-
2008*	252.248,78	200.381,49	51.867,29	-
2009	1.226.470,98	2.803,22	1.223.663,76	-
Restos a Pagar não Processados				
Ano de Inscrição	Inscritos	Cancelados	Pagos	A Pagar
2007*	224.076,83	51.145,73	172.931,10	-
2008*	648.163,05	122.690,87	516.419,71	29.052,47
2009	-	-	-	-
Observações:				

Fonte: SIAFI Gerencial

\* Valores consolidam as duas Unidades Gestoras-200338 e 200339, recursos Tesouro e Funapol.

### Considerações:

A permanência de restos a pagar não processados, deve-se especialmente ao fato de que a execução orçamentária está ligada a liberação dos créditos orçamentários por parte da unidade orçamentária a que esta UJ está subordinada e ainda com a política adotada de racionalização de aquisições, com realização de certames licitatórios unificados, por registro de preços, para todas as unidades do DPF, onde se buscou melhores condições de preços e economicidade pelo aumento na escala de aquisição. Tais procedimentos apenas se encerraram ao final do exercício, sem que houvesse tempo para que a despesa fosse liquidada e paga.

A existência de Restos a pagar também se deve ao fato de que obrigações contratadas, cuja contraprestação apenas se completou no final do mês de dezembro de 2008, não foram liquidadas e pagas no exercício, pois os fornecedores apresentam faturas/notas fiscais após o encerramento do mês referente à cobrança, quando se verifica que o serviço foi efetivamente prestado, que nesses casos corresponde ao encerramento do exercício.



## **6 - Transferências de Recursos Mediante Convênio, Acordo, Ajuste, Termo de Parceria ou Outros Instrumentos Congêneres**

– não se aplica –

A Superintendência Regional da Polícia Federal no Distrito Federal não realiza transferência de recursos mediante convênio, acordo, ajuste, termo de parceria ou outros instrumentos congêneres, tal atribuição é privativa do Órgão Central do Departamento de Polícia Federal.

## **7 – Previdência Complementar Patrocinada**

- Não se aplica à Natureza Jurídica da UJ -

## **8 – Fluxo Financeiro de Projetos ou Programas Financiados com Recursos Externos**

– não se aplica –

A Superintendência Regional da Polícia Federal no Distrito Federal não firma Projetos ou Programas Financiados com Recursos Externos, tal atribuição é exclusiva do Órgão Central do Departamento de Polícia Federal.

## **9 – Renúncia Tributária**

- Não se aplica à Natureza Jurídica da UJ -

## **10 – Operações de Fundo**

- Não se aplica à Natureza Jurídica da UJ -

## 11 – Determinações dos Órgãos de Controle

### 11.1 – Recomendações da CGU

Esta Unidade Jurisdicionada no exercício de 2008, na foi submetida ao Processo de Tomadas de Contas, apresentando somente o Relatório de Gestão de acordo com a Decisão Normativa do TCU nº 93 de 03 de dezembro de 2008.

Desse modo não há recomendações propostas pela Controladoria-Geral da União para esta UJ no ano de 2009.

Das recomendações propostas pela CGU em 2008, estão relacionadas abaixo aquelas cujas providências demandam controle específico.

**Quadro 29 – Relação das Recomendações da CGU e suas Providências**

Nº Relatório	Item do Relatório	Setor Responsável pela Implementação
208244	2.1.3.1	SELOG/SR/DPF/DF
<b>Descrição da Recomendação:</b>		
<p>g) Recolher aos cofres públicos, por recebimento indevido, os valores pagos a título de adicional de deslocamento, por cada servidor constante da OMP nº 026/2007.</p> <p>h) Recolher aos cofres públicos, por recebimento indevido, o montante de R\$ 273,89, por cada servidor constante da OMP nº 008/2007.</p>		
<b>Providências adotadas:</b>		
<p>Foram emitidas GRU's para que os policiais constantes da Ordens de Missão Policial nº 008/2007 e 26/2007, efetuassem os devidos recolhimentos dos valores pagos indevidamente. O prazo estabelecido para o completo atendimento à recomendação foi 31/12/2008. Em razão de remoções e/ou movimentações dos servidores, alguns ainda não efetuaram o recolhimento e foram cobrados por expediente, sendo estabelecido como data final para realização do devido recolhimento o dia 31/05/2009. Todos os policiais relacionados nas OMP's mencionadas na recomendação da CGU, à exceção do seguinte: - Item (h) da recomendação: APF José Aldenor dos Santos Castro, atualmente lotado da Superintendência Regional do DPF no Estado da Paraíba; Cientificado na oportunidade dos trabalhos de campo e apresentação do relatório de Auditoria, bem como recentemente quando da publicação do acórdão nº 413/2010 – TCU 1ª Câmara.</p>		

## 11.2 - Determinações e Recomendações do TCU

A Superintendência Regional da Polícia Federal no Distrito Federal recebeu 07 determinações relativas ao Processo de Contas Simplificado de 2006 e 01 determinação relativa ao Processo de Contas Simplificado de 2007 do Tribunal de Contas da União, conforme detalhado no quadro abaixo.

**Quadro 30 - Relatório de cumprimento das deliberações do TCU**

Unidade Jurisdicionada					
Denominação Completa:					Código SIORG
Superintendência Regional de Polícia Federal no Distrito Federal					316
Deliberações do TCU – Contas de 2006					
Deliberações expedidas pelo TCU em 2009					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
01	TC-018.758/2007-6	2679/2009-TCU –	1.5.1.1	DE	
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
Superintendência Regional de Polícia Federal no Distrito Federal					
Descrição da Deliberação:					
Com fundamento no art. 68 da Lei n. 4.320/1964, abstenha-se de utilizar suprimento de fundos de caráter sigiloso para despesas que possam se subordinar ao processo normal de execução, a exemplo da manutenção de equipamentos (impressoras, no-breaks, monitores), ainda que de uso dos setores ligados à inteligência policial, salvo se demonstradas, no caso concreto, as circunstâncias que inviabilizariam a utilização de modalidades de execução ostensiva da despesa, inclusive a eventual concessão de suprimento de fundos de caráter não sigiloso;					
Providências Adotadas					
Setor responsável pela implementação					Código SIORG
Síntese da providência adotada ou a justificativa para o seu não cumprimento:					
Foram adotados procedimentos e informados os servidores detentores de suprimentos de fundos, visando esclarecer e orientar com					
Síntese dos resultados obtidos					
Execução de despesas por meio de suprimentos de fundos restritas àquelas permitidas nas normas gerais vigentes e baseadas em normativos internos.					
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor					
A administração da UJ adota medidas de informação e esclarecimento sobre a utilização de Suprimento de Fundos, com divulgação em seu sítio de intranet de orientações próprias, recomendações dos órgãos de controle interno e externo a cerca do tema, o que determina melhoria na qualidade do gasto.					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
02	TC-018.758/2007-6	2679/2009-TCU –	1.5.1.2	DE	
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
Superintendência Regional de Polícia Federal no Distrito Federal					
Descrição da Deliberação:					
No deslocamento de servidores a serviço, efetue o pagamento de diárias antecipadamente, salvo nas hipóteses autorizadas pelo art. 5º do Decreto n. 5.992/2006, em que a situação de urgência referida nesse dispositivo seja devidamente demonstrada no ato;					

Providências Adotadas					
Setor responsável pela implementação					Código SIORG
Síntese da providência adotada ou a justificativa para o seu não cumprimento:					
Com o sistema de Concessão de Diárias de Passagens/ SCDP implantado, as falhas processuais apontadas foram mitigadas e os procedimentos estão em contínuo aperfeiçoamento. A programação de viagens com pelo menos 10 dias de antecedência, em atendimento ao regulamento, é adotada por esta UJ como regra.					
Síntese dos resultados obtidos					
Os pagamentos de diárias seguem o cronograma estabelecido pelo SCDP e ocorrem de maneira regular e atendendo a legislação em vigor.					
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor					
Face a dinâmica do serviço policial, ainda se verifica a solicitação de concessão de diárias em períodos posteriores ao deslocamento, visto que a resposta às necessidades de execução das atividades policiais deve ser imediata para que se evite maiores danos à sociedade.					
Deliberações do TCU – Contas de 2006					
Deliberações expedidas pelo TCU em 2009					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
03	TC-018.758/2007-6	2679/2009-TCU –	1.5.1.3.1	DE	
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
Superintendência Regional de Polícia Federal no Distrito Federal					
Descrição da Deliberação:					
ao realizar procedimentos licitatórios e de contratação de fornecimento por meio do Sistema de Registro de Preços, publique o extrato da Ata de Registro de Preço no Diário Oficial em atendimento ao disposto no art. 13 da IN/Mare n. 8/1998;					
Providências Adotadas					
Setor responsável pela implementação					Código SIORG
Síntese da providência adotada ou a justificativa para o seu não cumprimento:					
Melhoria dos controles internos, adoção de práticas e rotinas administrativas melhores e ainda a capacitação e treinamento de servidores.					
Síntese dos resultados obtidos					
Os processos de contratação por Registro de Preços são instruídos de acordo com a legislação em vigor.					
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor					
A disponibilidade dos servidores envolvidos na instrução desses processos para o aprendizado foi fator primordial à melhoria de processos alcançada.					
Deliberações do TCU – Contas de 2006					
Deliberações expedidas pelo TCU em 2009					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
04	TC-018.758/2007-6	2679/2009-TCU –	1.5.1.3.2	DE	
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
Superintendência Regional de Polícia Federal no Distrito Federal					
Descrição da Deliberação:					

Mantenha, no processo referente à licitação, a documentação relativa ao certame, inclusive a habilitação entregue pelos licitantes e as respectivas propostas apresentadas, em atendimento ao art. 38 da Lei n. 8.666/1993;					
<b>Providências Adotadas</b>					
<b>Setor responsável pela implementação</b>					<b>Código SIORG</b>
<b>Síntese da providência adotada ou a justificativa para o seu não cumprimento:</b>					
Melhoria dos controles internos, adoção de práticas e rotinas administrativas melhores e ainda a capacitação e treinamento de servidores.					
<b>Síntese dos resultados obtidos</b>					
Os processos de contratação por Registro de Preços são instruídos de acordo com a legislação em vigor.					
<b>Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor</b>					
A disponibilidade dos servidores envolvidos na instrução desses processos para o aprendizado, foi fator primordial à melhoria de processos alcançada.					
<b>Deliberações do TCU – Contas de 2006</b>					
<b>Deliberações expedidas pelo TCU em 2009</b>					
<b>Ordem</b>	<b>Processo</b>	<b>Acórdão</b>	<b>Item</b>	<b>Tipo</b>	<b>Comunicação Expedida</b>
05	TC-018.758/2007-6	2679/2009-TCU –	1.5.1.4	DE	
<b>Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação</b>					<b>Código SIORG</b>
Superintendência Regional de Polícia Federal no Distrito Federal					
<b>Descrição da Deliberação:</b>					
Informe, nas próximas contas ou, se dispensada de apresentá-las, no relatório de gestão a que se refere a IN/TCU n. 57/2008, o resultado das providências adotadas para regularização da situação patrimonial dos 10 aparelhos Ipod 30 GB adquiridos por meio do Pregão n. 10/2006, conforme informações constantes do Ofício n. 28/2008 - Selog/SR/DPF/DF, de 27/5/2008;					
<b>Providências Adotadas</b>					
<b>Setor responsável pela implementação</b>					<b>Código SIORG</b>
<b>Síntese da providência adotada ou a justificativa para o seu não cumprimento:</b>					
Foram adotadas medidas visando o recolhimento e cadastramento dos equipamentos distribuídos. O resultado foi alcançado, pois 9 (nove) equipamentos estão hoje distribuídos ao Núcleo de Tecnologia da Informação – NTI/SR/DF, que mantém controle sobre sua utilização no interesse dos serviços realizados nesta UJ. O equipamento faltante, foi furtado no Rio de Janeiro, quando estava acautelado a servidor lotado na SR/DPF/RJ, conforme documentação em anexo.					
<b>Síntese dos resultados obtidos</b>					
Os equipamentos encontram a disposição dos servidores desta UJ para utilização no interesse dos trabalhos, sendo seu controle exercido pelo NTI/SR/DF.					
<b>Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor</b>					
Em razão dos equipamentos, no momento da aquisição pagamento terem sido classificados como material de consumo, sua inclusão no sistema de controle de patrimônio ficou prejudicada, visto que contabilmente não é possível reclassificá-los como material permanente. Ainda assim os mesmos foram catalogados e são controlados por meio de documentação de entrega e recebimento para utilização.					

Deliberações do TCU – Contas de 2006					
Deliberações expedidas pelo TCU em 2009					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
06	TC-018.758/2007-6	2679/2009-TCU –	1.5.1.5	DE	
<b>Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação</b>					<b>Código SIORG</b>
Superintendência Regional de Polícia Federal no Distrito Federal					
<b>Descrição da Deliberação:</b>					
Abstenha-se de prorrogar os contratos celebrados em situação de emergência, em vista da expressa vedação contida no art. 24,					
<b>Providências Adotadas</b>					
<b>Setor responsável pela implementação</b>					<b>Código SIORG</b>
<b>Síntese da providência adotada ou a justificativa para o seu não cumprimento:</b>					
Após definida a situação judicial da Concorrência nº 02/2002, esta unidade pode realizar a licitação para contratação dos serviços, em 2008, o que proporcionou a assinatura de contratos para o serviços de telefonia local de maneira a cumprir a legislação em vigor.					
<b>Síntese dos resultados obtidos</b>					
Em julho de 2008 foram firmados os contratos de telefonia fixa local, resultantes do Pregão 04/2008-CPL/SR/DPF/DF.					
<b>Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor</b>					
A demora na solução judicial referente à Concorrência 02/2002 foi fator determinante à continuada necessidade de firmar contratos emergenciais para a manutenção dos serviços, essenciais ao desenvolvimento das atividades da Polícia Federal no Distrito Federal.					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
	TC-018.758/2007-6	2679/2009-TCU –	1.5.1.6	DE	
<b>Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação</b>					<b>Código SIORG</b>
Superintendência Regional de Polícia Federal no Distrito Federal					
<b>Descrição da Deliberação:</b>					
Em observância aos arts. 50, inciso VIII, e 53 da Lei n. 9.784/1999, adote as providências necessárias com vistas à anulação ou revogação de licitações objeto de ação judicial cujos argumentos sejam relevantes e a demora na apreciação pelo Judiciário ocasionem sucessivos contratos emergenciais, como verificado quando da suspensão cautelar da Concorrência n. 2/2002.					
<b>Providências Adotadas</b>					
<b>Setor responsável pela implementação</b>					<b>Código SIORG</b>
<b>Síntese da providência adotada ou a justificativa para o seu não cumprimento:</b>					
As licitações somente são efetivamente revogadas ou anuladas, após decisão final da justiça.					
<b>Síntese dos resultados obtidos</b>					
As licitações foram revogadas.					
<b>Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor</b>					
A demora na solução judicial referente à Concorrência 02/2002 foi fator determinante à continuada necessidade de firmar contratos emergenciais para a manutenção dos serviços, essenciais ao desenvolvimento das atividades da Polícia Federal no Distrito Federal.					

Deliberações do TCU – Contas de 2007					
Deliberações expedidas pelo TCU em 2010					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
07	TC-016.981/2008-4	413/2010-TCU –	1.5.1	DE	
<b>Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação</b>					<b>Código SIORG</b>
Superintendência Regional de Polícia Federal no Distrito Federal					
<b>Descrição da Deliberação:</b>					
<p>À Superintendência Regional do Departamento de Polícia Federal no Distrito Federal que, ao contratar com fornecedores registrados, após a indicação pelo órgão gerenciador do registro de preços, proceda à formalização da aquisição por meio da assinatura de contrato ou outro instrumento hábil, como nota de empenho de despesa, autorização de compra ou ordem de execução de serviço, conforme disposto no art. 11 do Decreto 3,931,2001, c/c com o art. 62 da Lei 8.666/93;</p>					
<b>Providências Adotadas</b>					
<b>Setor responsável pela implementação</b>					<b>Código SIORG</b>
<b>Síntese da providência adotada ou a justificativa para o seu não cumprimento:</b>					
<p>Esta Unidade Jurisdicionada pauta sua atuação pelo cumprimento das disposições legais e/ou normativas aplicáveis à cada situação em concreto. Em relação à adesão efetuada à Ata de Registro de Preços PE SRP nº 19/2007 do Comando de Operações Terrestres para aquisição de 12 servidores de Rede, a equipe de auditoria da Secretaria de Controle Interno, arguiu sobre a falta do instrumento contratual (Termo de contrato firmado entre as partes – SR/DF e empresa Microlog). Após o encerramento dos trabalhos de campo e emissão do relatório de auditoria, esta UJ, como informado no Relatório de Gestão do exercício de 2008, informou da impossibilidade de avançar instrumento não previsto no edital do Pregão do Comando de Operações Terrestres, pois as obrigações das partes já estavam prevista na ata de registro de preços que faz parte de nosso processo de aquisição, como instrumento legal que estabeleceu as condições da contratação, não sendo possível a inclusão de documento não previsto no instrumento convocatório. Vale ressaltar que a aquisição efetuado está instruída com todos os documentos necessários e conforme determina a legislação foi emitida a Nota de Empenho, o que atende o previsto no art. 62 da lei 8.666/93.</p>					
<b>Síntese dos resultados obtidos</b>					
<p>A partir da adesão à Ata de registro de preços e em negociação com o fornecedor dos equipamentos, foi possível à Polícia Federal, obter equipamentos melhores e mais modernos de que aqueles registrados, sem que houvesse alteração no valor da aquisição. Por exemplo alteração de monitores CRT para monitores de LCD, mais modernos e mais econômicos sob o ponto de vista de consumo de energia.</p>					
<b>Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor</b>					
<p>A administração da UJ adota as recomendações do órgão de controle interno e as determinações da Corte de Contas, para melhoria de sua gestão, visando a melhor e correta aplicação dos recursos públicos colocados à nossa disposição.</p>					

## 12 – Atos de Admissão, Desligamento, Concessão de Aposentadoria e Pensão Praticados em 2009

– não se aplica –

O envio de informações alusivas a atos de admissão de pessoal e concessão de aposentadoria, reforma e pensão, nos termos do art. 7º da IN/TCU nº 55/2007, à CGU, bem como o registro no sistema SISAC são realizados pela Coordenação de Recursos Humanos da Diretoria de Gestão de Pessoal do DPF. Assim, as informações pertinentes aos atos de admissão e concessão do Departamento de Polícia Federal, inclusive desta Superintendência Regional, constarão no Relatório de Gestão do Órgão Central do DPF.

### 13 – Declaração da Área responsável pelos Contratos e Convênios

Quadro 31 - Declaração do Responsável pela Área de Contratos

DECLARAÇÃO DO RESPONSÁVEL PELA ÁREA DE CONTRATOS			
DECLARAÇÃO			
Denominação completa (UJ):		Código das UG:	
Superintendência Regional de Polícia Federal no Distrito Federal Fundo de Aparelhamento e Operacionalização das Atividades-Fim da Polícia Federal – DF		200026 Primaria 200338 – Tesouro 200339 - FUNAPOL	
<p>Declaramos que as informações referentes a contratos celebrados pela Superintendência Regional da Polícia Federal no Distrito Federal estão disponíveis e atualizadas no Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais – SIASG, de acordo com o art. 19 da Lei nº 11.768, de 14 de agosto de 2008.</p> <p>Com relação ao Sistema de Gestão de Convênios, Contratos de Repasse e Termos de Parceria – SICONV, esta Superintendência não firma convênios, contrato de repasse, termo de parceria ou outros instrumento congêneres. Tal atribuição é privativa do Órgão Central do DPF. Estamos cientes das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.</p>			
Local	Brasília/DF	Data	29 de março de 2010
Responsáveis	Conrado Agnelo Flores Nelson Borges de Lima Davi Marinho Vieira Brandão Flavia Maria Xavier C. Salgado	Matricula nº	3.073 5.791 12.758 13.397

### 14 – Outras Considerações

No ano de 2009 esta UJ executou despesa no Programa 0087 - Gestão da Política de Previdência Social, vinculado ao Ministério da Previdência Social, que por meio de Acordo de Cooperação firmado, permite que ações de combate a fraudes sejam objeto de operações conjuntas e também de repasse de créditos orçamentários e recursos financeiros para as unidades da Polícia Federal. A SR/DPF/DF executou apenas R\$ 960,00 (novecentos e sessenta reais) na ação 2272 – Gestão e Administração do Programa, utilizados para aquisição de 03 Memórias Externas para computadores, como forma de atender demandas judiciais onde não é possível apreender computadores que porventura tenham informações importantes na análise e identificação de fraudes efetuadas contra a previdência social. Assim dotamos a Delegacia de Repressão a Crimes Previdenciários com equipamentos que possibilitam a imediata cópia de arquivos e a possibilidade de estudo e perícia sobre seu conteúdo nesta Superintendência Regional.

  
**CONRADO AGNELO FLORES**  
 Chefe do Setor de Administração e Logística Policial


  
**MARA BAIOCCHI DE SANT'ANNA**  
 Superintendente Regional



## 15 – Declaração do Contador Responsável pela Unidade Jurisdicionada



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
 M.J-DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL  
 DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA POLICIAL  
 COORDENAÇÃO DE ORÇAMENTO E FINANÇAS  
 SERVIÇO DE CONTABILIDADE

DECLARAÇÃO DO CONTADOR	
DECLARAÇÃO PLENA	
<b>Denominação completa (UJ):</b> SUPERINTENDENCIA REG.DEP. POLICIA FEDERAL - DF	<b>Código da UG:</b> 200338 - 200339
<p>Declaro que os demonstrativos contábeis constantes do Sistema Siafi (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e a Demonstração das Variações Patrimoniais, previstos na Lei n.º 4.320, de 17 de março de 1964), refletem a adequada situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada que apresenta Relatório de Gestão.</p> <p>Para emissão da declaração, foram considerados os seguintes critérios:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>– a verificação da adequação dos demonstrativos teve como base a legislação e as práticas contábeis adotadas pelo Governo Federal;</li> <li>– o acompanhamento, a análise e as orientações de ajustes da execução contábil dos atos de gestão orçamentária, financeira e patrimonial da Unidade Gestora foram realizados pela Setorial de Contabilidade da Polícia Federal, via SIAFI; e</li> <li>– a análise dos documentos de suporte foi realizada pela Unidade Gestora e registrada a Conformidade de Registro de Gestão no SIAFI.</li> </ul> <p>Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.</p>	
<b>Local: Brasília/DF</b>	<b>Data: 18/02/2010</b>
<b>Contador Responsável:</b>  GLADSTON GUIMARAES NAVES	<b>CRC nº DF-12534/O-8</b>

DATA: 12/03/10

HORA: 08:17:49

USUARIO: CONRADO

PAGINA: 1

MENSAGEM: 2010/0284942 DA EMISSORA 200240 SETORIAL DE CONTABILIDADE/DPF  
EM 11/03/10 AS 16:36: POR GLADSTON GUIMARAES NAVES

ASSUNTO: DECLARAÇÃO DO CONTADOR RESPONSÁVEL

SENHOR. ORDENADOR DE DESPESA,

1. INFORMO A VOSSA SENHORIA QUE FOI ENCAMINHADA EM FEVEREIRO DE 2010 A DECLARAÇÃO DO CONTADOR RESPONSÁVEL, PELA SUA UNIDADE GESTORA.
2. A DECLARAÇÃO FOI EMITIDA EM CONSONÂNCIA COM A PORTARIA TCU N° 389/2009 E DEVE SUBSIDIAR O PREENCHIMENTO DE DEMONSTRATIVOS DO RELATÓRIO DE GESTÃO, CONFORME ORIENTA A REFERIDA PORTARIA.
3. NA DECLARAÇÃO ENVIADA NÃO FOI MENCIONADO O PERÍODO A QUE SE REFERE OS DEMONSTRATIVOS CONTÁBEIS SOB ANÁLISE.
4. DESSA FORMA, INFORMO QUE OS DEMONSTRATIVOS CONTÁBEIS MENCIONADOS NA DECLARAÇÃO REFEREM-SE AO EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2009, DEVENDO, PORTANTO, SER ESTA MENSAGEM ANEXADA A REFERIDA DECLARAÇÃO PARA COMPLEMENTAR A INFORMAÇÃO.

RESPEITOSAMENTE,  
GLADSTON GUIMARÃES NAVES  
CONTADOR RESPONSÁVEL  
CRC N° DF-12534/O-8